



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Psicologia
Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde

**O Divórcio e o ajustamento sócio-afectivo no início da
adolescência**

Soraia Inês da Conceição Luz

Orientadora
Prof^a Doutora Sofia Alexandra da Conceição Tavares

Évora, 2011

À memória dos meus avós maternos

Anabela e José

Agradecimentos

Chegada à última etapa de um projecto que abracei com grande entusiasmo desde o seu início, e com o qual cresci pessoal e profissionalmente, resta-me agradecer aos demais protagonistas do mesmo pois sem eles, este trabalho não teria sido possível.

À minha orientadora, Professora Doutora Sofia Tavares, pela disponibilidade, sabedoria, motivação e ensinamentos constantes em todo o processo de orientação científica desta dissertação.

À minha querida colega e amiga Lina, que esteve sempre perto de mim, ajudando-me a construir o meu caminho, confortando-me com palavras doces e motivando-me com o seu entusiasmo em viver.

À Helena, por estar atenta aos passos que ia dando, aos feedbacks que ia devolvendo, pela confiança e amizade e por me ter acolhido na sua casa.

Ao Mário, que partilhou os seus conhecimentos estatísticos e informáticos comigo e se sentou ao meu lado para me ajudar, quando eu mais precisei.

Às minhas amigas Susana Reia, Susana Vaz, Raquel, Marília, Lena e Filipa, pela paciência, pelos conselhos e pelas várias revisões que fizeram do meu trabalho.

Às minhas colegas de casa, Ana e Joana, pelas palavras amigas e encorajadoras e por todas as gargalhadas e brincadeiras.

Aos adolescentes e professores, que me ajudaram a tornar possível este estudo e que abriram a porta das suas salas.

Aos meus avós, por estarem ao meu lado a cada passo deste percurso de vida e pela preocupação e o carinho que me foram transmitindo.

Ao João, meu namorado, pelo amor e compreensão nos momentos em que estive mais ausente e por saber sempre que sou capaz.

O divórcio e o ajustamento sócio-afectivo no início da adolescência

Resumo

Este estudo pretende contribuir para o aumento do conhecimento sobre a relação entre o divórcio e o ajustamento sócio-afectivo no início da adolescência. Para tal, uma amostra de 101 adolescentes, filhos de pais divorciados e filhos de famílias intactas, com idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos. Foram aplicados um questionário sócio-demográfico, o Questionário de Capacidades e de Dificuldades (SDQ; Goodman, 1997; traduzido para a população portuguesa por Fonseca, Loureiro & Gaspar; Gaspar & Paiva, 2003) e o Inventário Breve de Sintomas (BSI; Derogatis & Spencer, 1982; adaptado e aferido para a população portuguesa por Canavarro, 1995). Os resultados não apontam diferenças estatisticamente significativas entre os filhos de pais divorciados e os filhos provenientes de famílias intactas, no que respeita ao seu grau de ajustamento psico-sócio-emocional, mas apresentam diferenças entre o grupo de filhos para alguns dos sintomas psicopatológicos.

Palavras-chave: família; divórcio dos pais; adolescência; ajustamento psico-sócio-emocional; sintomas psicopatológicos

Divorce and socio-emotional adjustment in early adolescence

Abstract

This study aims to contribute to increased knowledge about the relationship between divorce and socio-emotional adjustment in early adolescence. For this, the sample of 101 adolescents of divorced parents and children of intact families, aged between 12 and 14 years. We applied a social-demographic questionnaire, the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ; Goodman, 1997; translated for the Portuguese population by Fonseca, Loureiro & Gaspar; Gaspar & Paiva, 2003) and a Brief Symptom Inventory (BSI; Derogatis & Spencer, 1982; adapted and affirmed for the Portuguese population by Canavarro, 1995). The results show no statistically significant differences between children of divorced parents and children from intact families, with regard to their degree of psycho-social-emotional adjustment, but show differences between the group of children to some other psychopathological symptoms.

Keywords: family; parental divorce; adolescence; psycho-social-emotional adjustment; psychopathological symptoms.

Índice

Introdução.....	1
I. Fundamentação teórica	5
Capítulo I - Família	7
1. Introdução	7
1.1. Conceito de família(s).....	7
1.2. Tipos de famílias	8
1.2.1. Introdução.....	8
1.2.1.1. Famílias monoparentais	9
1.2.1.2. Famílias reconstituídas	10
1.3. Ciclo vital da família.....	11
1.4. Stress e crise na família	15
1.4.1. O divórcio parental.....	16
1.4.2. O conflito interparental.....	18
1.4.3. O relacionamento entre os pais divorciados e os filhos.....	21
Capítulo II - Adolescência	25
1. Introdução	25
1.1. Conceito de adolescência.....	25
1.1.1. Tarefas de desenvolvimento	27
1.1.1.1. Desenvolvimento físico	27
1.1.1.2. Desenvolvimento cognitivo.....	28
1.1.1.3. Desenvolvimento sócio-emocional	29
1.2. A relação entre o divórcio dos pais e o ajustamento sócio-afectivo no início da adolescência	32
II. Estudo empírico	37
1. Introdução	39
1.1. Objectivo geral	39
1.1.1. Objectivos específicos.....	39
1.1.2. Hipóteses	40
1.2. Amostra.....	41
1.3. Instrumentos de recolha de dados.....	43
1.3.1. Questionário Sócio-Demográfico	44
1.3.2. Questionário de Capacidades e de Dificuldades.....	44

1.3.3. Inventário de Breve Sintomas	45
1.4. Procedimento	46
1.4.1. Recolha dos dados	46
1.4.2. Análise dos dados recolhidos	47
2. Resultados descritivos	47
2.1. Análise factorial	47
2.1.1. O Questionário de Capacidades e de Dificuldades	47
2.2. Estatística descritiva	50
2.3. Comparação de médias.....	51
2.3.1. Ajustamento psico-sócio-emocional.....	52
2.3.2. Sintomas psicopatológicos.....	53
3. Discussão dos resultados.....	55
3.1. Características psicométricas do Questionário de Capacidades e de Dificuldades.....	55
3.2. Ajustamento psico-sócio-emocional.....	55
3.3. Sintomas psicopatológicos	56
3.4. Limitações e futuras direcções	58
Referências bibliográficas	61
Anexos	xv

Índice de tabelas

Tabela 1 - Caracterização sócio-demográfica dos participantes	42
Tabela 2 - Caracterização do período de tempo decorrido após o divórcio dos pais ..	42
Tabela 3 - Caracterização da qualidade da relação dos pais antes e depois do divórcio.....	43
Tabela 4 - Coeficientes de fidelidade das subescalas do Questionário de Capacidade e de Dificuldades (SDQ)	45
Tabela 5 - Análise factorial do SDQ após rotação varimax	48
Tabela 6 - Distribuição (frequência) dos valores do SDQ	50
Tabela 7 - Distribuição (média e desvio-padrão) dos valores do BSI	51
Tabela 8 – Distribuição dos valores médios do ajustamento psico-sócio-emocional dos filhos de pais divorciados e dos filhos de pais casados	52
Tabela 9 - Distribuição dos valores médios dos sintomas psicopatológicos dos filhos de pais divorciados e dos filhos de pais casados	54

Introdução

A família é um espaço privilegiado para a elaboração de aprendizagens, relações afectivas profundas e, aquisição de um sentimento de pertença, promovendo a autonomia, a individuação e a socialização dos filhos, ao longo do ciclo de vida (principalmente nas famílias com filhos adolescentes). A família transforma-se e evolui ao longo das várias etapas do ciclo de vida, podendo-se deparar com momentos de maior fragilidade, stress e crise. Esses momentos podem surgir em qualquer etapa do ciclo de vida, mas principalmente durante o período da adolescência ou em situações de ruptura familiar.

Nos últimos cinco anos, as famílias nucleares têm vindo a sofrer alterações na sua organização e funcionamento (e.g., famílias monoparentais, famílias reconstituídas, divórcio dos pais). Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística de Portugal, no ano de 2005 realizaram-se 48 671 casamentos e 22 853 divórcios, em 2006 foram 47 857 os casamentos e 23 935 os divórcios, em 2007 assistiu-se a 46 329 casamentos e a 22 255 divórcios, em 2008 tiveram lugar 43 228 casamentos e 26 572 divórcios e as últimas estatísticas, referentes ao ano de 2009, referem 40 391 casamentos e 26 464 divórcios (INE, 2005; 2007; 2008; 2009). Deste modo, podemos verificar que o número de divórcios tem vindo a aumentar em relação ao número de casamentos que, por sua vez, tem vindo a diminuir.

O divórcio dos pais é considerado um período de stress psicossocial em que, nos dois primeiros anos, tanto os pais como os filhos, se encontram vulneráveis às alterações decorrentes deste acontecimento. O divórcio implica sempre ruptura e descontinuidade na estrutura familiar, podendo gerar nos filhos (sobretudo nos adolescentes) sentimentos de perda, desamparo, tristeza (Hack & Ramires, 2010), vergonha, preocupação com o bem-estar dos seus pais e incerteza sobre o seu futuro (Clarke-Stewart & Brentano, 2006). O divórcio dos pais pode estar associado a intensos e frequentes conflitos entre os mesmos, antes, durante e depois da ruptura familiar, sendo visíveis alguns dos seus efeitos na relação entre pais e filhos. Um ambiente onde o conflito entre os pais se expressa através de discussões, ameaças, humilhação e desvalorização, pode desencadear nos filhos (neste caso, nos adolescentes) o desenvolvimento de uma série de problemáticas do foro emocional, comportamental e social. Também esses conflitos podem estar presentes nas famílias intactas e ter implicações no desenvolvimento sócio-afectivo dos filhos. A relação entre

pais e filhos tende a modificar-se durante o período da adolescência, uma vez que os filhos estão a vivenciar um conjunto de transformações desenvolvimentais (i.e., físicas, sócio-emocionais e cognitivas). Nesta fase da vida, os filhos passam a procurar no grupo de pares um suporte alternativo ao dos pais, constroem a sua própria identidade e pretendem ser mais autónomos. No entanto, dois anos após o divórcio dos pais, existem evidências de que a família tende a adaptar-se ao novo estilo de vida e a atingir um novo nível de reorganização. Assim, em alguns casos, o divórcio dos pais pode ser considerado a melhor alternativa para o evoluir dos membros da família, contribuindo para uma maior harmonia, equilíbrio, funcionalidade e bem-estar psicológico, para a diminuição do conflito entre os pais, bem como para o estabelecimento de relações mais próximas entre pais e filhos.

Com este estudo pretendemos ampliar o conhecimento sobre o divórcio dos pais e o ajustamento sócio-afectivo dos filhos no início da adolescência. Este tema surge na sequência do aumento do número de divórcios e da inexistência de estudos sobre as repercussões que o divórcio dos pais pode ter no desenvolvimento dos filhos (sobretudo nos adolescentes). De uma forma geral, o nosso principal objectivo consistirá em perceber eventuais diferenças no ajustamento psico-sócio-emocional de adolescentes filhos de pais divorciados por comparação com adolescentes filhos provenientes de famílias intactas. Na sua natureza, a investigação produzida é de carácter quantitativo, uma vez que permitirá explorar e determinar a existência de relações entre as variáveis em estudo, nomeadamente o divórcio dos pais, os sintomas psicopatológicos apresentados pelos adolescentes e as capacidades/dificuldades em termos emocionais, comportamentais e sociais experimentadas pelos adolescentes. Esta dissertação é o resultado desse processo.

Desta forma, a estrutura da nossa dissertação, composta por uma primeira parte de fundamentação teórica e por uma segunda de apresentação do nosso estudo. A fundamentação teórica encontra-se subdividida em dois capítulos: o primeiro diz respeito à família, no qual exploramos o conceito de família(s), tipos de famílias (i.e., famílias monoparentais e reconstituídas), as etapas do ciclo de vida familiar, os momentos que criam stress e crise na família, - o divórcio dos pais e as suas consequências - (e.g., conflito interparental e relacionamento entre os pais divorciados e os filhos); o segundo capítulo detém-se sobre o estudo da adolescência, mais precisamente sobre o conceito de adolescência, as tarefas de desenvolvimento, (- nomeadamente o desenvolvimento físico, cognitivo e sócio-emocional, - pelas quais o adolescente passa ao longo desta etapa de vida) e, por último, relacionaremos o

divórcio dos pais com o ajustamento sócio-afectivo dos filhos no início da adolescência. Na parte reservada para o estudo empírico apresentaremos os objectivos e as hipóteses que conduziram esta investigação, bem como a amostra, os instrumentos de recolha de dados, os procedimentos, de recolha e de análise dos dados, os resultados e a sua respectiva discussão dos resultados, bem como as limitações do estudo e eventuais futuras direcções.

I. Fundamentação teórica

Capítulo I – Família

1. Introdução

Uma família é um conjunto de elementos que se encontram emocionalmente ligados através das suas relações e que estão em contínua interacção com o meio envolvente. Cada família possui uma identidade própria, com características específicas, com funções e posições distintas nos vários subsistemas em que se encontra inserida sendo que, os elementos da família têm o papel de contribuir para a manutenção do equilíbrio da mesma ao longo do seu desenvolvimento.

Neste capítulo exploraremos a noção de família de diferentes perspectivas. Colocando ênfase nos aspectos estruturais e funcionais deste sistema, iremos distinguir as famílias monoparentais das reconstituídas, rever as etapas do ciclo de vida familiar e o conceito de stress e crise na família, nomeadamente - o divórcio dos pais e as suas consequências - (e.g., conflito entre os pais e relacionamento entre pais e filhos).

1.1. Conceito de família(s)

A família é um todo, composto por elementos interdependentes que, através da sua comunicação e dos seus padrões de comportamento, podem influenciar e ser influenciados por outros membros da família (Robinson, 1993). É ainda um *“espaço de relações afectivas profundas: a filiação, a fraternidade, o amor, as emoções e os afectos positivos e negativos que, na sua elaboração, vão dando corpo ao sentimento de sermos quem somos e de pertencermos àquela e não a outra família”* (Alarcão, 2000, p. 35). Relvas (1996) conceptualiza a família como um sistema aberto, em constante interacção com o ambiente externo. Sudbrack (2001; cit. Pratta & Santos, 2007) considera a família como um sistema activo, em processo de transformação, adaptação e evolução contínuos, e que se desenvolve através das várias etapas do seu ciclo vital. De acordo com Alarcão (2000), as interacções que ocorrem entre os vários elementos da família organizam-se por sequências repetitivas e relações recíprocas onde estão implícitas as trocas comunicacionais verbais e/ou não verbais. A família apresenta diferentes configurações em função da sua estrutura e organização, isto é, diferencia-se na capacidade de resposta a situações de mudança ou aos conflitos/tensões que vão surgindo ao longo do ciclo de vida. O sistema familiar

está disposto por unidades relacionais denominadas de subsistemas. Cada elemento da família enquadra-se em diferentes sistemas e subsistemas, desempenhando, em simultâneo, diversos papéis em vários contextos que implicam outras posições, tarefas e tipos de interacção, com fins comuns e com normas transaccionais que se vão progressivamente construindo (Alarcão, 2000). Na família podem distinguir-se vários subsistemas: o *individual*, constituído pelo indivíduo que, para além do seu envolvimento no seio familiar, desempenha, noutros sistemas, funções e papéis que promovem o seu desenvolvimento individual; o *conjugal*, englobando o marido e a mulher, reporta ao casal e a sua funcionalidade é conseguida através de um relacionamento complementar e da adaptação recíproca entre ambos; o *parental*, constituído pelos pais, pode variar na sua constituição, podendo incluir os avós, os tios ou até o irmão mais velho. As funções parentais incluem a protecção, a educação, a autonomia/individuação dos filhos, a interacção entre pais e filhos, a imposição de autoridade, e o sentido de pertença. O *fraternal*, composto pelos irmãos, tem tarefas específicas, no que diz respeito ao desenvolvimento de capacidades relacionais entre iguais, assim como, experimentação de papéis e interacção social (e.g., escola, amigos, e mundo do trabalho) (Alarcão, 2000; Relvas, 1996).

O sistema familiar é, assim, um espaço privilegiado para a interacção, o desenvolvimento e a evolução dos seus membros. Na família existem vários subsistemas onde os seus membros se inserem (e.g., individual, conjugal, parental e fraternal) nos quais interagem e assumem diferentes posturas, papéis, funções e relações.

1.2. Tipos de famílias

1.2.1. Introdução

A configuração das famílias tem vindo a sofrer alterações, desde logo, a par das famílias nucleares tradicionais, compostas por pai, mãe e filhos biológicos e/ou adoptivos, estão agora a surgir em maior número outros tipos de organizações familiares, como é o caso das famílias monoparentais e das reconstituídas. Estas “novas formas” de família apresentam diferentes configurações por força da entrada

e/ou saída de elementos no núcleo familiar. De seguida, apresentaremos uma caracterização de famílias monoparentais e de famílias reconstituídas.

1.2.1.1. Famílias monoparentais

As famílias monoparentais caracterizam-se por terem um subsistema parental composto apenas por um único elemento (e.g., mãe, pai, avó, tio, entre outros) o que pode ter origem numa situação de divórcio que implique a saída de casa de um dos cônjuges, a morte de um dos pais, mas também pode ser o resultado de uma gravidez assumida apenas pela mãe (Alarcão, 2000). As famílias monoparentais -, como aliás todas as outras - têm de lidar com as mudanças familiares e assegurar as funções necessárias à evolução dos seus membros em termos emocionais, psicológicos e sociais (Correia, 2002).

A falta de um dos pais introduz dificuldades neste sistema, que têm sido essencialmente conjugadas a três níveis: no plano conjugal, parental e fraternal. No plano conjugal, a ausência de um dos cônjuges, modifica a representação do subsistema conjugal, ou este pode nem chegar a formar-se. No plano parental, as dificuldades têm sido fundamentalmente conceptualizadas em termos da impossibilidade de dividir funções e responsabilidades. O vínculo afectivo que é estabelecido entre o pai e o(s) filho(s) pode levar a que o processo de separação seja vivido com maior dificuldade, podendo a família organizar-se de forma emaranhada (Alarcão, 2000). No plano fraternal, é comum um dos filhos, geralmente o(a) mais velho(a), adoptar o papel do pai ausente, podendo ter consequências ao nível do seu desenvolvimento sócio-afectivo e da autoridade familiar. Quando os filhos são adolescentes, a ausência de um dos pais pode ser sentida como um sinal de diferença relativamente aos outros, e que dificilmente será esquecida. A peculiar organização destas famílias é muitas vezes alvo de sentimentos de discriminação, principalmente sentidos pelos adolescentes (Alarcão, 2000).

Há autores (e.g., Dombusch et al., 1985; Furstenberg, Morgan, & Allison, 1987; cit. Demo & Acock, 1996; Hsieh & Leung, 2009) que consideram que a estrutura familiar constituída por um único pai pode estar associada a um baixo nível de interacções entre pai e filhos, a uma diminuição no controlo, monitorização, comunicação, transmissão de afectos e qualidade de vida dos filhos. Para além destas implicações temos ainda as decorrentes do sofrimento, muitas vezes representadas

pela imaginação do elemento ausente ou pela revolta e imagem negativa face ao mesmo (Alarcão, 2000).

1.2.1.2. Famílias reconstituídas

As famílias reconstituídas formam-se a partir de novas uniões, ultimamente sendo mais fruto de situações de divórcio, quando no passado (e por razões de ordem sócio-cultural) emergiam com mais frequência na sequência de viuvez (Alarcão, 2000).

Nestas famílias, o casal constitui-se na presença de um subsistema filial e, muitas vezes, de um subsistema fraternal especial. Segundo Alarcão (2000), o novo subsistema conjugal, em constante interacção com o subsistema parental, enfrenta dificuldades adicionais: a idealização de uma nova relação na esperança que tudo corra bem e o receio do conflito, percepcionando o mais pequeno dissentimento como uma ameaça para o casal e para a família. Outros aspectos que podem condicionar a integração de uma família reconstituída são: as experiências do casamento anterior, os contactos contínuos e os eventuais conflitos com o ex-cônjuge, a diminuição do relacionamento entre pais e filhos, as diferenças na maturidade pessoal, a experiência de vida, o estatuto social, e as diferentes expectativas (Swenson, 1997; cit. Greeff & Toit, 2009).

A presença do novo parceiro(a) do pai ou da mãe pode introduzir obstáculos no relacionamento familiar, o que levará à reorganização e delimitação dos papéis de cada membro. O processo de reorganização, pelo qual a família reconstituída passa, não tem de ser necessariamente motivo de conflitos (Wagner, Ribeiro, Arteché & Bornholdt, 1999). Os mesmos autores verificaram que as dificuldades de funcionamento familiar não têm a ver directamente com a sua composição, mas sim com as relações entre os seus membros.

O subsistema filial pode apresentar algumas dificuldades com a sua integração na nova família perante a entrada de novos elementos. Neste caso, as famílias de origem têm um papel importante no suporte à nova família e nos momentos de stress vividos pelos filhos, nas negociações entre pais e filhos e no que respeita à imposição de autoridade, regras e limites que podem ser particularmente difíceis. Por seu lado, as reacções negativas dos filhos (sobretudo se se encontram na fase da adolescência) perante a entrada de um novo membro na família (i.e., padrasto ou madrasta) podem suscitar momentos de tensão para o novo casal e ter repercussões na coesão familiar (Alarcão, 2000). O novo parceiro pode ser visto pelos adolescentes como um intruso

que compete pelo afecto e atenção do seu pai ou mãe (Coll, Palacios & Marchesi, 2004). Perante este novo membro, os adolescentes podem ter comportamentos de oposição e de extrema rivalidade até se dar o estabelecimento de alianças (Wagner, et al., 1999). Em muitas situações, um padrasto/madrasta pode substituir, de forma satisfatória, a figura de um pai/mãe ausente. O modo de actuar da figura parental, no caso de ser padrasto ou madrasta, pode ter um impacto positivo no bem-estar do adolescente e no desempenho do papel parental (Wagner, et al., 1999).

As “novas formas” de família, como têm vindo a ser apelidadas as famílias monoparentais e as reconstituídas, pelas peculiares configurações que apresentam, caracterizam-se pelas alterações impostas nos planos conjugal, parental e filial, e podem ter implicações no desenvolvimento sócio-afectivo dos seus membros -, com particular interesse no nosso trabalho no desenvolvimento dos seus filhos. Apesar das especificidades que estas famílias apresentam e das dificuldades com que se confrontam, - à imagem de quaisquer outras -, são também espaços de crescimento individual e familiar.

1.3. Ciclo vital da família

Relvas (1996, p. 16) define o ciclo vital da família como uma sequência previsível de transformações na organização familiar, em função de tarefas bem definidas.

As etapas do ciclo de vida da família surgem com o aparecimento de novos elementos, com o cumprimento das tarefas de desenvolvimento, com as mudanças funcionais na estrutura familiar e a saída dos elementos do núcleo familiar (Alarcão, 2000). Essas mudanças funcionais podem estar relacionadas com situações de stress decorrentes de acontecimentos críticos, como o divórcio dos pais, podendo afectar a família como um todo e cada um dos seus membros, e originar não só problemas a nível individual, mas também conflitos familiares (Alarcão, 2000).

Carter e McGoldrick (1980; cit. Robinson, 1993) referem que uma família se constitui a partir de etapas de desenvolvimento, tais como: formação do casal, filhos pequenos, filhos na escola, filhos adolescentes, filhos adultos, a meia-idade no casal e o envelhecimento.

A primeira etapa relativa à formação do casal caracteriza-se pelo estabelecimento de uma relação conjugal mutuamente satisfatória. A formação do

novo subsistema envolve a progressão e a execução de novas funções. O subsistema conjugal -, para que construa uma identidade própria e se sinta seguro -, tem que permitir aos cônjuges articular a sua individualidade e a sua totalidade, diferenciando o casal em relação às respectivas famílias de origem. A meta-comunicação na vida do casal é importante para a construção e evolução do processo de casal, na medida em que permite aos cônjuges comunicar, clarificar, negociar, superar os conflitos e estar mais unidos. No entanto, os conflitos mal resolvidos, as sistemáticas discordâncias de ideias, encontrar características menos positivas no outro, os silêncios constrangedores e as dificuldades em comunicar, podem ser ameaças claras à separação do casal (Alarcão, 2000).

A segunda etapa da família – i.e., famílias com filhos pequenos - é marcada pelo nascimento do primeiro filho, onde têm lugar novos papéis e tarefas, que implicam a reorganização de relações dentro e fora da família, a passagem da conjugalidade à parentalidade e a abertura do sistema. O subsistema conjugal tem que enfrentar, a partir desta etapa, a conjugação do espaço-tempo de distintas funções protagonizadas pelos mesmos adultos. Nesta etapa, os pais ajudam os filhos a desenvolver, a socializar e a construir a sua própria identidade que lhes permitirá alcançar a independência (Alarcão, 2000).

Durante a terceira etapa – i.e., a das famílias com filhos na escola -, o casal adapta-se às necessidades e interesses dos filhos, no sentido de os estimular e promover o seu desenvolvimento. A entrada da(s) criança(s) na escola pode ser a primeira crise de desmembramento que a família enfrenta implicando, em termos internos, a separação, - e externos, o início da relação com um novo sistema bem organizado e significativo: a escola. A criança irá adquirir mais competências e interesse para aprender e estar com os outros que não pertencem à sua família, supondo-se que tenha alcançado um certo nível de autonomia. A função interna da família depende, em certa parte, da capacidade dos pais para desempenharem adequadamente a sua função parental. Esta fase caracteriza-se, ainda, por uma maior diferenciação do intra-sistema familiar, com uma maior abertura ao exterior (Alarcão, 2000).

Com o nascimento do primeiro filho, e até à entrada na escola, o sentido de mudança é fundamentalmente o mesmo, trata-se da reorganização familiar através da definição de papéis parentais e filiais e de novos limites face ao exterior, visando uma maior abertura às famílias de origem e à comunidade.

A quarta etapa, a das famílias com filhos adolescentes – e foco central do nosso estudo – pode ser considerada uma das mais críticas e desafiantes do ciclo vital da família, pela necessidade de definição de um novo equilíbrio individual, familiar e social e por ser determinante na evolução da família (Relvas, 1996). O adolescente modifica a relação e comunicação com os pais, procura desenvolver relações com o seu grupo de pares e estabelecer relações íntimas tornando-se, assim, essencial o alargamento recíproco de espaços individuais e familiares (Fleming, 1997; Sprinthall & Collins, 2003). As reacções e expectativas dos pais sobre a forma como os filhos se tornam autónomos vão depender da confiança transmitida e da capacidade de estes se desenvolverem na presença de outros semelhantes (Fleming, 2005). A interacção com o grupo de pares possibilita o desenvolvimento de competências sócio-afectivas, e cognitivas, assim como a aquisição de papéis, normas e valores sociais. O adolescente, à medida que vai crescendo, vai impondo à família a sua vontade de contactar com meio social, no entanto, é comum os pais sentirem algum receio e preocupação com o desenvolvimento e autonomia dos filhos, em especial no seu início (Steinberg & Silk, 2002). O adolescente, ao pretender ser mais responsável pelas suas acções, tende a desafiar a autoridade e as decisões dos pais, podendo gerar conflitos e ser visto como uma forma de desrespeito e desobediência às suas regras (Costa, 2004; Fleming, 2005; Relvas, 1996).

Os filhos adolescentes podem pertencer a famílias funcionais ou disfuncionais. As famílias funcionais caracterizam-se pela sua capacidade de mudança, flexibilidade nos padrões de funcionamento, papéis bem definidos e recíprocos, comunicação aberta, oportunidade de discussão de ideias, cooperação e menor autoridade sob os filhos (Fleming, 2005). A investigação mostra ainda que este tipo de organização familiar responde de forma mais adaptativa às exigências da adolescência (Fleming, 2005; Hsieh & Leung, 2009). Por outro lado, as famílias disfuncionais, que se encontram imobilizadas face a um processo de transição durante o ciclo vital em face da mudança, nomeadamente das transformações desenvolvimentais dos seus membros - como é o caso da adolescência -, sentem mais dificuldades, podendo apresentar rigidez, emaranhamento, desorganização, isolamento, fronteiras intergeracionais difusas e conflito de papéis (Alarcão, 2000).

Face ao período de vida que o adolescente está a vivenciar, os pais têm um papel fundamental no equilíbrio das relações com os seus filhos, podendo responder às mudanças de forma afectuosa, próxima e promovendo o bem-estar psicológico, a auto-estima e o ajustamento positivo dos filhos (Steinberg & Silk, 2002).

A quinta etapa, correspondente a famílias com filhos adultos, inicia-se com a saída de um dos filhos de casa surgindo, então, uma nova dinâmica familiar caracterizada pelo envelhecimento do casal, novos papéis, novas ligações, abertura do sistema a novas gerações, nomeadamente aos netos, às noras, aos genros, aos compadres e às comadres (Alarcão, 2000; Relvas, 1996). Quando os filhos saem de casa, o casal pode reorganizar a sua relação amorosa, lidar com a velhice numa conjugação entre dependência e independência, ainda que possam enfrentar dificuldades em se reorganizar e, por vezes, ameacem separar-se ou divorciar-se (Alarcão, 2000).

Na sexta etapa, a do casal na meia-idade (ninho vazio, reforma), há uma reconstrução da relação de casal, e redefinição das relações com as gerações mais velhas e mais novas (Alarcão, 2000).

Na sétima e última etapa, a do envelhecimento, o casal tem que aprender a lidar com as perdas, a viver sozinho e ajustar-se à reforma (Alarcão, 2000).

Quanto ao funcionamento, Relvas (1996) defende que os padrões das famílias podem ser descritos num contínuo, no qual é possível contrastar dois pólos opostos: um padrão familiar emaranhado e um padrão familiar desmembrado. Numa família podem surgir períodos de maior emaranhamento ou de maior desmembramento adaptados às etapas do ciclo vital em que a família se encontra. As famílias emaranhadas emergem no início da constituição da família ou quando há filhos pequenos, e definem-se por serem sistemas relativamente fechados e isolados em relação ao meio exterior. Nestas famílias, as fronteiras entre os membros são difusas e mal definidas e os papéis parentais são rígidos. As famílias desmembradas são mais comuns quando há filhos adolescentes ou quando os filhos saem de casa, e caracterizam-se por sistemas demasiado abertos, expostos ao meio envolvente, com limites e fronteiras rígidas e papéis parentais instáveis (Alarcão, 2000).

Em síntese, a família desenvolve-se através das várias etapas do ciclo de vida que se inicia com a formação do casal e termina com a velhice. Essas etapas são marcadas por transições ou mudanças mediante as necessidades biológicas, sociais e psicológicas dos seus membros. As mudanças que resultam da transição de uma etapa para outra podem dar lugar a um período de crise, pois tais mudanças requerem alterações significativas dos papéis familiares, delimitação de regras e limites, bem como a capacidade de reorganização por parte das famílias. No entanto, estes

períodos de maior crise/desorganização podem também contribuir para a evolução do sistema familiar.

Para o nosso estudo, a etapa familiar em que os filhos são adolescentes tem particular interesse sendo que, nesta fase, as eventuais mudanças na dinâmica, estrutura e relações familiares (i.e., as relações com os pais alteram-se a par da conquista da autonomia e identidade dos filhos), bem como as possíveis transformações psico-afectivas do adolescente, podem exigir da família uma reestruturação dos papéis e regras até então estabelecidos. Os adolescentes precisam de espaço e de tempo para crescer e de um local seguro para que possam aprender a ser, a estar e a saber gerir os seus desafios de forma ajustada.

No ponto que se segue, iremos abordar precisamente a noção de stress e crise na família, bem como as mudanças que este factor pode originar no seio do núcleo familiar.

1.4. Stress e crise na família

O sistema familiar está sujeito a mudanças permanentes, mais ou menos acentuadas e geradoras de stress, podendo ter um carácter mais previsível (e.g., o nascimento do primeiro filho, os filhos na adolescência) e imprevisível (e.g., morte de um dos cônjuges, divórcio dos pais, surgimento de doenças) (Scabini, 1992; cit. Alarcão, 2000; Moura & Matos, 2008). A família pode deparar-se com pressões internas que dizem respeito às mudanças essenciais ao progresso dos seus membros e dos subsistemas, - e com as pressões externas, respeitantes às necessidades de adaptação dos mesmos. Os eventos que marcam o ciclo de vida familiar, sejam previsíveis ou imprevisíveis, podem levar a um período de crise no funcionamento da família, afectando, directa ou indirectamente, todos os membros da família, como acontece no período da adolescência - considerado como uma fase que desperta intensas transformações relacionais - especialmente entre pais e filhos (Sudbrack, 2001; cit. Pratta & Santos, 2007).

Os momentos que geram mudanças no seio familiar (e.g., o divórcio dos pais) correspondem às chamadas crises, as quais podem levar, por um lado, à evolução e continuidade do sistema familiar ou, por outro, à sua disfuncionalidade, conflituosidade e desorganização. No caso do divórcio dos pais, a ruptura do subsistema conjugal pode conduzir o sistema familiar a dificuldades na sua reorganização e, sistematicamente, levar a alterações em todos os outros subsistemas familiares

(Relvas, 1996). A ruptura familiar é caracterizada por uma fase que cria stress aos pais, por terem a percepção que falharam no casamento e perderam o seu cônjuge, a sensação de abandono e solidão, o enfrentar dificuldades financeiras e as preocupações sobre o futuro (Reynolds, 2009). Por outro lado, as mudanças que surgem pelo desmembramento da família podem ser vistas como uma oportunidade de crescimento ou transformação dos elementos da família (Hoffman, 1980; cit. Robinson, 1993).

Nos pontos anteriores fizemos referência ao conceito de família(s), às diversas formas de definir família (i.e., nuclear, monoparentais, reconstituídas), ao desenvolvimento da família ao longo do seu ciclo de vida e seu funcionamento, bem como ao conceito de stress e crise familiar.

De seguida, analisaremos a questão do divórcio parental e as suas implicações para a vida de cada membro da família, sobretudo para o(s) filho(s) adolescente(s).

1.4.1. O divórcio parental

O divórcio parental é visto como uma transição familiar cada vez mais comum nas sociedades ocidentais (Lamela, Castro & Figueiredo, 2010) e tem vindo a afectar um elevado número de famílias nucleares (Pereira & Pinto, 2003).

O divórcio parental é um processo que se desencadeia muito antes da separação e que se estende para lá das formalidades jurídicas que põem fim ao casamento (Guttamann, 1993; cit. Pereira & Pinto, 2003). O divórcio é um dos acontecimentos que mais contribui para a monoparentalidade, o re-casamento e para a ausência de um dos pais (Amato & Cheadle, 2008; Pereira & Pinto, 2003). O divórcio parental pode ser entendido de duas formas: por mútuo consentimento ou litigioso. Por mútuo consentimento, o divórcio pode ser requerido por ambos os cônjuges, de comum acordo no reconhecimento das incompatibilidades e divergências que impedem a continuação da vida em comum. Neste caso, não é necessário declarar a culpa, isto é, ambos os cônjuges reconhecem que o casamento falhou devido às diferenças pessoais. Já o divórcio litigioso é solicitado por um dos cônjuges, onde acusa o outro de ser o responsável pela ruptura do casamento, comprometendo a possibilidade da vida em comum (Pereira & Pinto, 2003). Em qualquer uma destas situações, o divórcio dos pais é um processo dinâmico, complexo, de múltiplas

mudanças individuais e familiares sendo, por isso, geralmente descrito como um período de elevado stress psicossocial para toda a família (Hetherington, 1993). Por sua vez, os motivos do elevado stress psicossocial prendem-se com a existência de filhos, a relação pessoal com o cônjuge, a noção do fracasso em relação ao casamento, o medo da rejeição, a modificação do padrão/estilo de vida e do sistema social de apoio (Moura & Matos, 2008).

O divórcio parental não se desenvolve a partir de um evento único, mas de vários acontecimentos que se desenrolam ao longo do tempo, que podem originar conflitos abertos ou desentendimentos contínuos entre os cônjuges e, em simultâneo, podem ter consequências no desenvolvimento sócio-afectivo dos filhos (sobretudo nos adolescentes), na diminuição da relação entre pais e filhos e despoletar sentimentos negativos pelos pais (Amato, 2000; cit. Amato & Cheadle, 2008). Por sua vez, os filhos constituem o elo de ligação dos pais divorciados e, muitas vezes, são usados para manter o conflito resultante da não-aceitação da separação (Ducan & Ducan, 1979; cit. Pereira & Pinto, 2003).

A situação de divórcio parental pode levar à saída de um dos pais de casa, mas também à exposição dos filhos a conflitos interparentais frequentes e intensos, à angústia sentida pelos pais, às alterações nas condições económicas e na qualidade da relação entre pais e filhos e às questões legais do processo do divórcio, – como seja a regulação do exercício do poder paternal (Amato, 2000; Sandler, Tein, Mehta Wolchik, & Ayers, 2000; cit. Bell, Foster & Mash, 2005; Çivitci, Çivitci & Fiyakali, 2009). Portanto, os pais têm que se adaptar a um novo estilo de vida, reorganizar-se financeiramente, cuidar e auxiliar os filhos, bem como proceder, no período imediato ao divórcio, ao luto da relação conjugal (Rogge, Bradbury, Hahlweg, Engl & Thurmaier, 2006; Whiteside & Becker, 2000; cit. Lamela, Castro, Gonçalves & Figueiredo, 2009). Durante o processo de divórcio, a forma como cada elemento, por si só e no sistema familiar, enfrenta a crise pode estar associada à capacidade dos ex-cônjuges para fazer o luto do fim da conjugalidade e da família que tinham em comum e, por outro lado, com a redefinição das práticas parentais, a responsabilidade e a interacção entre os membros da família (Relvas & Alarcão, 2007). Também os filhos tendem a partilhar emoções intensas, a entrar igualmente num processo de luto e a reorganizar o seu equilíbrio psicológico (Matos & Costa, 2004; cit. Mota & Matos, 2008).

Para os membros de uma família envolvida num processo de divórcio, o período que estes levam para recuperar e encontrar um novo equilíbrio pode decorrer entre dois a cinco anos (Moura & Matos, 2008). A este propósito, vários autores (e.g.,

Ferrante, 2005; Maccoby, Depner, & Mnookin, 1990; cit. Lamela, et al., 2010) defendem que a maioria dos pais tem dificuldades em separar a relação conjugal do passado, da relação co-parental do presente, nos primeiros dois anos após o divórcio. Nestes primeiros dois anos, os pais e os filhos (nomeadamente os adolescentes) podem apresentar problemas de ajustamento e encontrar-se igualmente num processo de adaptação a novos papéis, funções, relacionamentos e estilos de vida (Hetherington, 1989). Segundo o estudo de Hetherington (1989), o divórcio dos pais pode ser explicado por um momento de crise em que, após os dois primeiros anos, os pais e os filhos apresentam melhorias ao nível de ajustamento e bem-estar psicológico. Já o estudo de Hetherington, Cox e Cox (1982; cit. Amato, 1994; Nunes-Costa et al., 2009) concluiu ser necessário um período de quatro anos, após o divórcio, para que os membros da família consigam adaptar-se. As adaptações dos filhos de pais divorciados, consideradas sob uma perspectiva temporal, dependem da quantidade e qualidade do contacto com as figuras parentais, do nível de conflito entre os pais e dos eventos que podem gerar stress adicional sobre a vida familiar. No entanto, o divórcio parental pode ter repercussões ao longo da vida, não sendo evidente uma evolução adaptativa ao nível da transição familiar, dado este período poder representar um momento de instabilidade emocional e risco dos pais e os filhos virem a desenvolver sintomas psicopatológicos (Hetherington, 1989). Por outro lado, o divórcio pode ser, por vezes, a melhor solução para um casal cujos membros não se consideram capazes de continuar juntos, tentando ultrapassar as suas dificuldades e conflitos - é sempre vivenciado como uma situação extremamente dolorosa e stressante (Féres-Carneiro, 1998). O divórcio parental ao estar associado a momentos de elevado stress na vida familiar pode, também, revelar uma oportunidade de crescimento pessoal, bem-estar, equilíbrio e harmonia (Hetherington & Stanley-Hagan, 1999).

1.4.2. O conflito interparental

O conflito interparental frequente e intenso tem sido recentemente reconhecido como uma dimensão do sistema familiar, que se encontra relacionada com problemas nos adolescentes, podendo afectar o seu funcionamento psicológico e o relacionamento com as figuras parentais, independentemente da estrutura familiar em que estão integrados (Amato & Keith, 1991; Buchanan & Heiges, 2001; Cummings & Davies, 1994, 2002; Emery, 1982, 1988; Forehand, Neighbors, Devile & Armistead, 1994; Grych, Raynor & Fosco, 2004; Schick, 2002; Woodward et al., 2000; Zill et al.,

1993; cit. Davies, Woitach, Winter & Cummings, 2008; Moura & Matos, 2008). O conflito interpaparental, e a forma como os pais lidam com esse conflito, pode constituir um importante indicador de ajustamento dos filhos (e.g., Cummings & Davies, 1994; Grych & Fincham, 1990, 1993; cit. Mota & Matos, 2008). Os efeitos negativos de uma situação de divórcio paparental parecem pronunciar-se por um curto espaço de tempo, enquanto as implicações resultantes de uma situação de conflito interpaparental parecem ter um efeito bem mais duradouro (Moura & Matos, 2008).

Quando os pais estão envolvidos em altos níveis de conflito podem transferir os seus comportamentos disruptivos para o contexto judicial. No estudo de Bing, Nelson III e Wesolowski (2009) as famílias que experienciam elevados níveis de conflito, averiguados pelo envolvimento judicial, revelam dificuldades em resolver de forma positiva o divórcio. O estudo de Johnston (1998; cit. Nunes-Costa et al., 2009) associa os adolescentes com maiores dificuldades de adaptação aos pais envolvidos durante um longo período de tempo em guerras judiciais, no que diz respeito ao regime de regulação do exercício do poder paparental. Wallerstein e Kelly (1996; cit. Pereira & Pinto, 2003) afirmam que mais de metade dos filhos assiste a intensos conflitos entre os pais durante o regime de visitas. O regime de visitas e a pensão de alimentos, para além de funcionarem como indicadores de satisfação, são, também, geradores de conflituosidade no período pós divórcio.

As práticas e as rotinas paparentais parecem ainda ser afectadas pelo conflito interpaparental, na medida em que os pais adoptam práticas do tipo permissivo, inconsistente, impulsivo, têm menor capacidade de resposta, disponibilidade e instabilidade emocional – com previsíveis consequências no ajustamento dos filhos (Nunes-Costa et al., 2009). As consequências do conflito interpaparental nos filhos (particularmente nos filhos adolescentes) parecem depender da forma como o conflito é exposto e de como interpretam o seu significado (Grych & Fincham, 1990; cit. Grych, Harold & Miles, 2003). Neste caso, os adolescentes que percebem o conflito entre os pais como uma ameaça ou revelam dificuldades em lidar com esses mesmos conflitos, experienciam maiores níveis de ansiedade, frustração, depressão, medo e desenvolvem uma baixa auto-estima. Quando esses conflitos surgem, os filhos tem tendência a culpar-se a si mesmos pelos desentendimentos dos pais e a sentir-se responsáveis (Grych et al., 2003). Os adolescentes mais ansiosos tendem a perceber os conflitos familiares como mais ameaçadores, quando comparados com adolescentes menos ansiosos. Por outro lado, os adolescentes mais depressivos tendem a auto-culpabilizar-se pelos problemas que surgem na família, atribuindo o

motivo do conflito a si próprios (Grych et al., 2003). A auto-culpabilização dos adolescentes na presença de um conflito entre os pais pode levar ao desenvolvimento de problemáticas externalizadas (agressividade e comportamento anti-social) (Grych et al., 2003) e de problemáticas internalizadas (ansiedade, tristeza, vergonha) (Dadds et al., 1999; Grych et al., 2000; Kerig, 1998; McDonald & Grych, 2006; cit. Grych et al., 2003). Por sua vez, o conflito entre os pais pode originar problemas ao nível comportamental, emocional, académico e social no adolescente, assim como pode, também, prejudicar o funcionamento familiar (Grych & Fincham, 1990; cit. Cummings, Davies & Simpson, 1994; Davies et al., 2008).

Schick (2002) salienta que a percepção dos adolescentes dos conflitos interparentais pode levar à presença de sintomas psicopatológicos. Assim, quanto maior for a percepção do conflito interparental, maior será o risco do adolescente vir a ter problemas de ajustamento. Os conflitos interparentais intensos podem condicionar o aparecimento de problemas nos adolescentes durante um longo período de tempo (Woody et al., 1984; cit. Bing, et al., 2009). Esses problemas podem ser exteriorizados pelos adolescentes através de comportamentos anti-sociais, dificuldade em se relacionar com o grupo de pares, com figuras de autoridade e baixo rendimento académico (Kelly, 2000; cit. Bing et al., 2009).

O conflito interparental torna-se especialmente prejudicial para os adolescentes quando envolve violência física, verbal e psicológica por parte dos pais, podendo aumentar o risco dos filhos virem a apresentar comportamentos disruptivos - sérios e graves problemas do foro emocional (Davies, Sturge-Apple, Winter, Cummings & Farrell, 2006). A violência física entre os pais está particularmente associada a problemas comportamentais e psicológicos nos adolescentes (Amato, Loomis & Booth, 1995), visto que, por meio da violência física ou verbal, os pais ensinam indirectamente aos filhos que os conflitos podem ser resolvidos através de discussões, agressões e ofensas (Amato, et al., 1995). Deste modo, um ambiente de conflito interparental, independentemente da forma como se expressa – com raiva, hostilidade, dúvida, linguagem agressiva, agressão física, dificuldades de colaboração nos cuidados e comunicação com os filhos (McIntosh, 2001; cit. Nunes-Costa et al., 2009) – proporciona um ambiente negativo no qual o adolescente pode experienciar elevados níveis de stress, insatisfação e insegurança (Bradford, Vaughn & Barber, 2008, cit. Noller, Feeney, Sheehan, Darlington & Rogers, 2008). Um ambiente desta natureza pode não ser adequado ao desenvolvimento de um filho e ter um impacto

negativo no seu ajustamento psicológico (Emery, 1982; cit. Raposo, Figueiredo, Lamela, Nunes-Costa, Castro & Prego, 2011).

Assim se conclui que, o divórcio dos pais pode ter um lado positivo e promotor de um melhor ajustamento psicológico dos filhos quando, por seu intermédio, limita a ligação entre a díade parental e se reduz essencialmente o conflito e o atrito conjugal, tornando a dinâmica familiar mais equilibrada e funcional (Moura & Matos, 2008).

1.4.3. O relacionamento entre os pais divorciados e os filhos

O relacionamento entre pais e filhos tem tido um impacto significativo no ajustamento sócio-afectivo dos adolescentes (Hines, 1997; cit. Freedman & Knupp, 2003), podendo ser vivido com maior afastamento físico nas situações de divórcio (pelo menos em relação a um dos pais) (Hack & Ramires, 2010). A qualidade do relacionamento entre os filhos (especialmente os adolescentes) e o pai que não detém o poder paternal dos filhos (na maioria dos casos, a figura paterna) tem tendência a piorar, uma vez que a interacção e o contacto entre pai e filhos tende a ser cada vez mais reduzido, circunstância que se intensifica à medida que o tempo vai passando e os filhos vão crescendo (Amato & Booth, 1996; Cooney, 1994; cit. Hetherington & Kelly, 2002; Moura & Matos, 2008). Por seu lado, o relacionamento com o pai que detém o poder paternal (essencialmente a figura materna) não parece ser muito atingido com o processo de divórcio (Amato & Booth, 1996; Cooney, 1994; Dunlop, Burns & Birmingham, 2001; cit. Moura & Matos, 2008), muito embora, alguns estudos tenham também observado uma diminuição qualitativa dessa mesma relação, sendo visíveis alguns sinais de tensão (Hetherington et al., 1982; Woodward, Fergusson & Belsky, 2000; cit. Moura & Matos, 2008).

A qualidade da relação que é estabelecida entre os pais e os filhos após o divórcio pode depender da intensidade do conflito interparental, da frequência do contacto e da ligação com os pais (Hack & Ramires, 2010). Por norma, as relações entre mãe e filhos são mais próximas que as relações entre pai e filhos, uma vez que são estas que, maioritariamente, ficam responsáveis pelos filhos após o divórcio (Rossi & Rossi 1990; cit. Sobolewski & Amato, 2007). Amato e Booth (1995) também afirmam que os adolescentes tendem a ter menos laços afectivos com os pais e laços afectivos mais fortes com as mães. Outro autor (Benetti, 2006) defende que a relação entre mãe e filhos tende a manter-se mais estável, comparativamente à relação que é estabelecida com o pai face à presença de conflitos interparentais.

Diversos autores (e.g., Emery, 2004; Stahl, 2007; cit. Peris & Emery, 2004; Lazar, Guttman & Abas, 2009) salientam que as mães divorciadas tendem a possuir menos autoridade do que as mães casadas, o que pode ser compreendido pelas mudanças de limites inter-geracionais depois do processo do divórcio, tendencialmente atribuídas ao receio de que os filhos optem pela outra figura parental, à culpa que estas sentem e ao desejo de compensá-los pelo sofrimento que o divórcio lhes causou. No estudo de Lazar et al., (2009), podemos perceber também que as mães solteiras tendem a partilhar com os seus filhos, as suas preocupações financeiras e questões pessoais, bem como os sentimentos negativos (i.e., raiva, tristeza e frustração) relativos ao seu ex-companheiro.

Quando os pais estão intensamente envolvidos no processo de divórcio parecem estar menos disponíveis emocional e fisicamente para os seus filhos, comparativamente com os pais casados (Booth & Amato, 1992; Hazan & Shaver, 1994; cit. Cohen & Finzi-Dottan, 2005). Deste modo, parece natural que os filhos de pais divorciados se possam sentir rejeitados devido à distância emocional que se estabelece entre pais e filhos (Çivitci et al., 2009). Outra consequência do divórcio é a insegurança que muitas vezes os pais sentem o que, por sua vez, pode contribuir para um sentimento de insegurança emocional nos filhos e para uma diminuição da qualidade do relacionamento entre pais e filhos (Brown, 2006).

Outros autores (e.g., Amato & Booth, 1997; cit. Afifi & Schrodt, 2003; Hetherington, 1989; Sobolewski & Amato, 2007) parecem reconhecer que os filhos de pais divorciados tendem a ter um relacionamento mais distante com os pais, comunicam menos e têm mais conflitos, comparativamente com adolescentes provenientes de famílias intactas. Ao que parece, os adolescentes podem sentir-se ansiosos e vulneráveis em face de um processo de divórcio dos pais e agir de forma a colocar as suas próprias tensões no relacionamento entre os pais (Amato, 2000; Hetherington, 1999; Kelly, 2000; cit. Cohen & Finzi-Dottan, 2005). Os estudos (e.g., Afifi & Burgoon, 1998; Baxter & Wilmot, 1985; Guerrero & Afifi, 2000; Guerrero & Afifi, 1995a, 1995b; Roloff & Ifert, 2000; cit. Afifi & Schrodt, 2003) mostraram que os adolescentes provenientes de famílias divorciadas se podem sentir divididos pelo divórcio dos pais, evitando: falar sobre a situação familiar, comunicar sobre um pai na frente do outro e abordar a questão da pensão de alimentos, com o intuito de minimizar os conflitos e proteger as suas relações. Muitas vezes, estes adolescentes sentem-se responsáveis pelo conflito entre os pais e vêm-se forçados a escolher

entre um deles, aumentando o estado de insatisfação em relação à sua vida (Afifi & Schrodt, 2003).

Quanto maior for o conflito entre os pais, maior a probabilidade de um dos pais tentar formar uma aliança com os filhos contra o outro pai (Aponte & Van Deusen, 1981; cit. Buchanan, Maccoby & Dornbusch, 1991). Por outro lado, a criação da aliança com um dos pais pode, de alguma forma, atenuar os conflitos de lealdade, sendo que os adolescentes passam a ter uma relação menos próxima com um dos pais, deixando de estar divididos entre os dois.

O relacionamento entre pais e filhos após o divórcio é mais forte se ambos mantiverem o contacto regular, sendo que, a continuidade desses encontros pode proporcionar ao pai a possibilidade e a capacidade de impor disciplina aos filhos (Martins, 2010). Desta maneira, o contacto frequente com o pai que não detém o poder paternal, assim como o envolvimento conjunto e recíproco de ambos os pais com os filhos, podem estar associados a um melhor ajustamento psicológico e a melhores resultados académicos, por comparação com pais (nomeadamente de adolescentes) que mantêm relações restritas e distantes (Amato & Fowler, 2002; Amato & Gilbreth, 1999; cit. Kelly, 2007).

Conclui-se, assim, que o divórcio dos pais implica necessariamente mudança na estrutura familiar e nos padrões de relacionamento entre os pais e os filhos, conduzindo à diminuição da coesão e da comunicação entre os membros da família. Ao que parece, a relação entre o pai que não detém o poder paternal e os filhos tende a diminuir ao longo do tempo, enquanto, a relação entre o pai que detém o poder paternal (maioritariamente as mães) e os filhos tende a manter-se mais estável. Os conflitos entre os pais, que muitas vezes decorrem desta situação, estão, por sua vez, associados a uma diminuição da proximidade das relações, da afectividade e do equilíbrio destas. Por sua vez, o relacionamento entre os pais e os filhos após o divórcio dos pais pode modificar-se, melhorando, na medida em que os pais podem encontrar-se mais empenhados, cooperativos na educação e próximos nas suas relações.

No próximo capítulo, e dando continuidade a este, iremos centrar-nos na definição de adolescência, nas principais dimensões do desenvolvimento desta etapa e, ainda, explorar a relação entre o divórcio dos pais e o ajustamento sócio-afectivo no início da adolescência.

Capítulo II – Adolescência

1. Introdução

A adolescência é um período do ciclo de vida caracterizado por transformações psicossociais que ocorrem entre a infância e a idade adulta. A entrada na adolescência é um período de transição que desafia o sistema familiar para a mudança. Dentro e fora da família, o adolescente vai tentar mostrar, de uma forma muito particular, que é diferente e independente. Para isso, intensifica a sua relação com o mundo social, exterior à família, que inclui a escola, a comunidade e os pares (Lima, 2000; cit. por Sousa, 2000).

Neste capítulo, iremos focar-nos no conceito de adolescência sob o ponto de vista de diferentes autores, nas várias tarefas de desenvolvimento primordiais desta etapa da vida e, por último, procuraremos compreender a relação entre o divórcio dos pais e o ajustamento sócio-afectivo no início da adolescência, uma vez que o divórcio é um tema bastante retratado nos dias de hoje mas com pouco ênfase no desenvolvimento dos adolescentes.

1.1. Conceito de adolescência

A adolescência pode ser vista como uma época da vida marcada por profundas transformações fisiológicas, psicológicas, pulsionais, afectivas, intelectuais e sociais. Mais do que uma fase é, seguramente, um processo dinâmico de passagem entre a infância e a idade adulta. De acordo com Ferreira e Nelas (2006), a adolescência surge entre os 11 e os 19 anos de idade e pode ser definida como um período biopsicossocial, onde ocorrem modificações corporais e adaptações a novas estruturas psicológicas e ambientais. O crescimento que se vivencia na adolescência engloba uma acção combinada entre as modificações biológicas, sociais, cognitivas e os contextos, como a família, a escola, o grupo de pares e a comunidade, nos quais os adolescentes experienciam as exigências e as oportunidades para o seu desenvolvimento (Sprinthall & Collins, 2003). A adolescência é um período rico e fértil, movido por novos desabrochares, de grande intensidade física e psicológica, e de procura e investimento em novas oportunidades e escolhas (Veloso, 2005). Esta é uma fase vivida de rupturas e aprendizagens, caracterizada pela necessidade de integração social, pela procura da auto-afirmação, da autonomia e da construção de identidade (Silva & Mattos, 2004; cit. Pratta & Santos, 2007). É na adolescência que o

jovem adquire a consciência das mudanças que ocorrem no seu corpo decorrentes da puberdade (Ferreira & Nelas, 2006). Braconnier e Marcelli (2000) referem que a adolescência é um período da vida em que o jovem experiencia as contradições, o paradoxo e o sofrimento. Nesta etapa do desenvolvimento, o jovem pode passar por momentos de desequilíbrio e instabilidade emocional, sentindo-se muitas vezes inseguro, confuso, angustiado, injustiçado e incompreendido pelos pais, podendo comprometer o relacionamento entre pais e filhos e com os pares (Pratta & Santos, 2007).

Durante esta etapa, colocam-se duas tarefas de desenvolvimento ao adolescente: procurar construir e edificar de uma forma pró-activa a sua identidade, que ensaia e se afirma como ser independente, autónomo, diferente do outro, com necessidades, interesses, capacidades e linguagens diferentes (Sprinthall & Collins, 2003) e, por outro lado, conquistar a autonomia e a separação-indivuação em relação aos pais (Ferreira & Nelas, 2006).

A construção da identidade é considerada a tarefa mais importante da adolescência, o passo crucial da transformação do adolescente em adulto produtivo e maduro sendo, também, uma concepção de si mesmo, composta por valores, crenças e metas, com os quais o indivíduo está solidamente comprometido (Ferreira, Aznar-Farias & Silveiras, 2003).

A dimensão familiar torna-se ainda mais importante quando se trata de analisar o processo de autonomia do adolescente, envolvendo a separação entre adolescente e pais. O adolescente tem de se separar dos pais, mas esta mesma necessidade fá-lo sentir uma outra ameaça: a de se perder. Assim, a reorganização da ligação aos pais está dominada por um duplo desafio: por um lado, a necessidade de se separar contra a ameaça de se perder e, por outro, a possível conquista de autonomia contra a potencial ameaça da depressão (Braconnier & Marcelli, 2000). Aliás, a autonomia do adolescente tem merecido um lugar de destaque na literatura sistémica, conceptualizada sob diversas designações: separação, autonomia, emancipação, indivuação ou, ainda, diferenciação (Fleming, 1997). O grupo de pares facilita a interacção e a construção de relações, bem como proporciona a partilha de interesses, emoções, preocupações e apoio nos momentos mais difíceis vividos no seio familiar. Na adolescência, o jovem tem necessidade de ser reconhecido pelos outros, o que faz acentuar o desejo de pertencer a um grupo de referência e proceder a um afastamento progressivo das influências familiares (Senos & Diniz, 1998). A multiplicidade de contextos sociais e interpessoais constitui um conjunto de desafios e de factores de

risco para o adolescente, que pode ter consequências na sua saúde e no seu ajustamento sócio-emocional (Veloso, 2005).

1.1.1.Tarefas de desenvolvimento

A fase da adolescência é marcada por transformações físicas, cognitivas, sócio-emocionais: o corpo, a representação de si, o pensamento, a relação familiar, os pares e o processo de construção de identidade. Em termos físicos, o corpo modifica-se pela puberdade, a nível mental, existe uma maior capacidade de reflectir sobre os seus próprios pensamentos e sentimentos, a nível sócio-emocional, surge uma mudança na relação com os pais e com os pares pelo que, a conquista de autonomia assume um lugar de destaque.

Sendo a adolescência vivida através de várias tarefas desenvolvimentais, o jovem pode ter dificuldade em lidar com todo este processo, o que poderá interferir no seu desenvolvimento normal (Snow; cit. Bizarro, 2000), mais ainda quando coincide com o divórcio dos pais.

Para compreendermos melhor o modo como se processam estas mudanças, descreveremos com mais pormenor, neste tópico, os desenvolvimentos que têm lugar nos diferentes domínios da vida do adolescente e como estes podem representar novos desafios aos quais este terá de se adaptar.

1.1.1.1. Desenvolvimento físico

O desenvolvimento físico diz respeito às mudanças biológicas do organismo, ao crescimento, às transformações e à capacidade de usar e controlar o corpo (Sprinthall & Collins, 2003). O crescimento em altura é particularmente evidente, o corpo adquire uma outra forma, uma nova atitude e linguagem, a capacidade física aumenta, inicia-se a sexualidade e a intimidade, no fundo, a maturidade sexual (Claes, 1985; cit. Sprinthall & Collins, 2003). Durante este período, surgem as características sexuais secundárias e mudanças corporais gerais, especialmente entre os 11 e os 13 anos (Brooks-Gunn & Reiter, 1993). O crescimento das partes do corpo ocorre de forma diferente nas raparigas e nos rapazes. As raparigas sentem alguma insatisfação com o corpo durante o período de maturação pubertária, pela modificação da forma corporal e do peso, principalmente na primeira fase da puberdade. No geral, as raparigas podem percepcionar-se como menos atraentes comparativamente com as

raparigas da mesma idade. Os rapazes que se desenvolvem precocemente podem sentir-se mais atraentes e satisfeitos com o seu corpo, aparência e desenvolvimento muscular, quando comparados com os rapazes da mesma faixa etária, ao contrário dos rapazes menos desenvolvidos que podem sentir-se com baixa auto-estima em relação ao seu corpo (Alsakar, 1992).

Belsky e Fearon (2004) referem que as raparigas que cresceram num ambiente familiar stressante (i.e., conflito parental e/ou divórcio dos pais) podem apresentar problemas comportamentais e psicológicos devido à influência que esses acontecimentos podem ter na sua saúde mental e física (i.e., o stress pode associar-se a metabolismo baixo, aumento de peso e, também, ao surgimento da menarca).

Parece, assim que o modo como o jovem percebe, avalia e sente o seu corpo pode representar um indicador importante de adaptação à própria adolescência, presente na sua auto-estima e mesmo na vivência das relações interpessoais (Veloso, 2005).

1.1.1.2. Desenvolvimento cognitivo

O desenvolvimento cognitivo centra-se nas mudanças e nos processos de pensamento, raciocínio, linguagem, resolução de problemas, memória, atenção e também nas capacidades de aprendizagem (Barros, Pereira & Goes, 2007).

Nesta fase, o adolescente procura saber informação acerca do que está prestes a acontecer e da compreensão dos acontecimentos que ocorrem nesse momento. A “cabeça” pensa agora através de hipóteses e, de uma forma mais abstracta, os outros passam a ter um peso maior na sua vida, nas suas motivações e nos seus comportamentos (Sprinthall & Collins, 2003). A capacidade do adolescente para pensar sobre diferentes possibilidades torna-o capaz de testar hipóteses e de resolver problemas (Lima, 2000; cit. Sousa, 2000). O adolescente, além de pensar sobre as coisas, pensa sobre os outros, sobre o que acontece à sua volta e sobre si próprio (Veloso, 2005). O adolescente aprende a fazer uso das suas capacidades mentais em desenvolvimento, ao mesmo tempo que procura ajustar-se às mudanças físicas, as quais podem aumentar ou diminuir a sua auto-estima (Sousa, 2000). O adolescente distingue-se pelo seu pensamento formal (capacidade de abstracção, metacognição) e pela capacidade de distinguir o subjectivo do objectivo e o eu do outro, sendo estes aspectos determinantes na forma como o adolescente se vê e se compreende. O sistema de valores sofre também modificações, uma vez que o

adolescente já é capaz de elaborar um tipo de questionamento diferente do utilizado até então, possibilitado pelo desenvolvimento intelectual/cognitivo (Veloso, 2005). A capacidade para raciocinar, para avaliar, julgar e para usar pensamentos divergentes, com o objectivo de encontrar novas ideias, aumenta durante este período. A capacidade para reflectir assume um papel fundamental na descoberta do eu e na formação de identidade pessoal (Sousa, 2000).

O nível de desenvolvimento cognitivo do adolescente permite-lhe compreender, de forma mais realista, o conjunto de factores envolvidos no divórcio dos pais, encontrando mais facilmente no grupo de pares, um sistema de suporte alternativo ao das figuras parentais (Moura & Matos 2008). Mediante esta situação, o jovem pode encontrar-se bastante sensível, uma vez que já possui relações sólidas e consistentes com os pais e que coincidem com o período de transformações que está a vivenciar (Chase-Lansdale, Cherlin & Kiernan, 1995; cit. Moura & Matos, 2008).

1.1.1.3. Desenvolvimento sócio-emocional

A adolescência pode ser caracterizada pelas diferenças ao nível da relação entre pais e filhos. Durante a puberdade, o adolescente manifesta a necessidade de se separar dos pais dando sinais da sua autonomia. Os vínculos afectivos aos pais perdem a sua força tão atractiva, a protecção e o controlo parental, aceites até aí, são questionados e podem tornar-se fonte de conflitualidade entre pais e filhos (Sprinthall & Collins, 2003).

O adolescente torna-se mais activo, participativo, interventivo e reflexivo, exigindo mais simetria e isomorfismo nas suas relações. Na adolescência, o jovem começa progressivamente a despender mais tempo com os amigos e menos com a família. Apesar desta tendência, o adolescente continua a recorrer às figuras parentais na procura de valores e de uma “base segura” (Laursen & Jensen-Campbell, 1999). A capacidade do adolescente para atingir a autonomia está relacionada, não só, com a capacidade dos pais estimularem a separação, mas também com a qualidade emocional do vínculo que liga pais e filhos (Fleming, 1997).

Os conflitos familiares podem ser mais frequentes no início da adolescência, mais intensos na fase intermédia da adolescência e, progressivamente, menos relevantes no período final da mesma (Laursen & Jensen-Campbell, 1999). Os conflitos familiares na adolescência poderão ser atribuídos, principalmente, às tensões da puberdade, à necessidade de afirmação da sua autonomia, ao confronto

da autoridade dos pais e à diminuição da interacção com os pais, embora esses conflitos possam ter estado implícitos em etapas anteriores. Assim, a diminuição das discussões começa a ser mais evidente na fase final da adolescência, o que pode reflectir a capacidade de adaptação do jovem às mudanças que esta fase pode despertar e à renegociação do equilíbrio de poder entre pais e filhos (Papalia, Olds, & Feldman, 2006). Molina e Chassin (1996) atribuem a diminuição de conflitos entre pais e filhos ao facto de estes passarem menos tempo juntos.

À família cabe, assim o papel de facilitador do processo de separação-individuação, formação de identidade e ajustamento psicológico dado que, em condições estáveis e estruturantes, este processo não significa uma ameaça de quebra de vinculação (Sousa, 2000). A empatia paternal representa a possibilidade de fornecer ao jovem a estabilidade emocional necessária ao processo de separação permitindo-lhe, assim, de uma forma progressiva, fazer o ajustamento ao mundo externo. Deste modo, Fleming (1997) refere que o adolescente consegue a separação-individuação da família, sem grandes perturbações ou sentimentos de abandono por parte dos pais. O suporte emocional dos pais pode facilitar o processo de separação, do qual o jovem pode vir a desenvolver sentimentos positivos acerca de si próprio e da capacidade de ser responsável e independente (Lapsey, Rice, & Fitzgerald; Matos, Barbosa, Almeida, & Costa; Soares & Campos; cit. Barbosa, 2001), podendo mesmo impulsionar e fomentar relações saudáveis com os pares e parceiros amorosos (Bretherton & Munholland, 1999).

A tarefa de *desidealização* dos pais da infância é um dos aspectos mais difíceis no processo de autonomia do adolescente. Este vai abandonar as fixações afectivas na família original e recorrer, nesta fase de adaptação, a mecanismos de defesa, com vista a novas identificações e escolhas de objectos. Nas identificações com os objectos do mundo exterior, os pares têm um papel importante ao reforçarem as defesas ou ao sancionarem comportamentos inaceitáveis (Silva & Silva, 1997; cit. Sousa, 2000). O processo de conquista de autonomia e individuação, essencial à construção da identidade, pode afectar de um modo particular as relações do adolescente com a família, conduzindo a modificações importantes na esfera interpessoal. A separação afectiva dos pais pode ser sentida como uma situação de vulnerabilidade e vazio emocional e que pode conduzir a uma dependência do grupo de pares para colmatar esse vazio (Coll, et al., 2004).

A estruturação da identidade ocupa um papel crucial no desenvolvimento do adolescente. Para Erikson (1959; cit. Sousa, 2000), a adolescência é o marco basilar

do desenvolvimento humano, durante o qual é necessário integrar uma série de aspectos de forma a não comprometer as aquisições futuras. A construção de uma identidade - tarefa que marca o período da adolescência - implica, na perspectiva psicanalítica clássica, a ruptura com o passado, a ruptura de identificações e de relações naturalmente conflituosas (Meneses 1990; cit. Sousa, 2000). Durante o processo de construção da identidade *versus* confusão de papéis, o adolescente pode sentir intensamente a pressão para identificar aquilo que quer fazer na vida. O processo de construção da identidade, por contraposição a um estado de confusão de papéis, apresenta outra característica importante: um declínio na dependência dos adultos como fontes de informação, passando a fonte de julgamentos sociais a ser o grupo de pares, acabando este por ter um papel cada vez mais relevante, ao dar a oportunidade ao adolescente de formar relações próximas e idênticas às dos adultos, e ajudando-o a clarificar a sua identidade pessoal (Feldman, 2001).

De acordo com a literatura (Archer, 1989; cit. Silva & Costa, 2005; Sprinthall & Collins, 2003), a aquisição do sentido de identidade (enquanto síntese das tarefas anteriores) está associada a uma auto-estima elevada e à adaptação psicológica, académica, relacional e emocional. Uma identidade difusa parece estar, por sua vez, mais relacionada com a desadaptação psicológica e com níveis mais elevados de ansiedade (Costa, 1991; cit. Silva & Costa, 2005).

Em síntese

Um jovem na fase da adolescência passa por várias mudanças a nível físico, psicológico, comportamental e social. As transformações começam a surgir a partir da puberdade (e.g., crescimento em altura, alterações corporais, maturidade e intimidade sexual), ao confrontar-se com as mudanças físicas, o adolescente experimenta novas sensações, procurando lidar e adaptar-se a uma nova imagem de si; a necessidade de se afirmar perante os pais, de ser autónomo; definir a sua própria identidade; investir noutras relações afectivas - grupo de pares; ter a capacidade para pensar nos outros, sobre o que acontece à sua volta e sobre si próprio (egocentrismo); e conseguir resolver problemas. O jovem sente a necessidade de questionar certos ideais à medida que cresce, o que, muitas vezes, se traduz num conflito com o mundo real.

Ao longo desta etapa de vida, o adolescente passa por várias dificuldades, por momentos de confusão e dúvida, próprios e normais de quem vivencia um rápido

processo de mudança (Sprinthall & Collins, 2003). As mudanças decorrentes da adolescência podem desafiar cada membro do sistema familiar e podem, também, ser vividas com alguma intensidade perante o divórcio dos pais.

No próximo ponto revemos alguma da literatura científica disponível sobre a relação entre o divórcio dos pais e o ajustamento sócio-afectivo no início da adolescência.

1.2. A relação entre o divórcio dos pais e o ajustamento sócio-afectivo dos filhos no início da adolescência

Cada fase do crescimento do adolescente tem tarefas específicas de desenvolvimento, nomeadamente, a construção da identidade, a procura de autonomia face aos pais e de novas relações significativas (Silva & Costa, 2005). Estas tarefas exercem sobre o adolescente alguma exigência, que se acentua aquando do desmembramento da sua família. A ruptura familiar afectará a forma como o adolescente realiza essas tarefas e a sua capacidade para lidar com as necessidades próprias da sua idade (Granot, 2005).

O estudo de Clarke-Stewart e Brentano (2006) refere que, nos anos após o divórcio dos pais, o adolescente sente-se triste, com raiva, desamparado, angustiado e ansioso, uma vez que, em muitos casos, o divórcio dos pais é sentido como um processo de luto. O luto provocado pelo divórcio dos pais num adolescente dos 12 aos 14 anos parece ser vivido pela separação-protesto e sentido como uma desorganização, caracterizada por tumulto, rebelião, vazio e depressão. A perda da protecção parental pode conduzir à desvalorização, havendo a necessidade, por parte do adolescente, de a compensar investindo em si mesmo, o que acentua o narcisismo característico desta fase de desenvolvimento (Granot, 2005).

Em função do seu desenvolvimento psico-afectivo, o adolescente pode reagir ao divórcio dos pais e à mudança na estrutura familiar com raiva, um sentimento de perda, traição, vergonha, confusão, dúvida, ressentimento e exigência (Hetherington & Stanley-Hagan, 1999). Aspectos importantes, como sejam a ruptura do estilo habitual de vida, o afastamento de uma das figuras parentais e as incertezas sobre o futuro imediato, podem gerar no adolescente uma certa tristeza, angústia e ansiedade.

As características do período de conflito agudo podem suscitar no jovem sentimentos negativos e, sendo esta a forma de realçar o seu estado de sofrimento, a sua elaboração dependerá, em parte, da maturidade do adolescente (Marcelli, 1998).

A maturidade, por sua vez, varia consoante a idade do adolescente e a forma como viveu o conflito interparental antes, durante e depois do divórcio dos pais. Parece que, quanto maior for a intensidade do conflito entre os pais e menor a disponibilidade dos mesmos para escutarem o seu filho, menor será a possibilidade do adolescente elaborar a sua reacção à angústia (Marcelli, 1998). Deste modo, poderá ser benéfico para o desenvolvimento saudável do adolescente, perante o divórcio dos pais, ter um espaço onde possa expressar a sua angústia, revolta, tristeza, através do qual possa aceitar emocionalmente o afastamento da outra figura parental, bem como a ruptura do casamento dos seus pais (Clarke-Stewart & Brentano, 2006).

Amato (1994) menciona que, quando o adolescente se confronta com o divórcio dos pais, - num momento crucial do seu desenvolvimento -, poderá apresentar alguns problemas escolares, confusão, insegurança, desenvolvimento de conflitos de lealdade e culpa, depressão, ansiedade, rejeição aos pais e maior ligação aos pares. As dificuldades escolares parecem estar associadas a uma baixa auto-estima, baixo auto-conceito, diminuição da motivação, dificuldades de concentração, agressividade no contexto extra-familiar, ansiedade, tristeza, isolamento, e que podem constituir o sinal de alerta para que o próprio progenitor reequacione as suas atitudes e o seu comportamento no sentido de proteger o filho (Alarcão, 2000). Tal como acontece com as crianças mais novas, também os adolescentes necessitam de receber explicações relativamente ao futuro da sua família e serem protegidos dos conflitos de lealdade (Clapp, 2000; Ricci, 2004; Weyburne, 1999; cit. Afifi & Schrod, 2003; Buchanan, et al., 1991; Rego, 2008). Também a diminuição do contacto com um dos pais pode levar a uma baixa auto-estima, tristeza e dificuldades de adaptação à nova realidade familiar (Brady, Bray, & Zeebe, 1986; Fischer, 1999; Peterson & Zill, 1986; Smith, 1990; cit. Freedman & Knupp, 2003).

Muitos dos problemas que os jovens apresentam podem ser resultado da existência de conflitos familiares, mesmo antes de haver qualquer tipo de reestruturação familiar (Emery & Forehand, 1996; cit. Mota & Matos, 2008). Os conflitos de longa duração entre os pais podem levar a problemas de ajustamento nos adolescentes, destacando-se: agressividade, isolamento, ansiedade generalizada e depressão (Cummings, 1987; Davis & Colab, 1998; cit. Schabbel, 2005).

Quando os filhos mais precisam dos pais durante o processo de divórcio, é a altura em que os pais se encontram, também eles, mais vulneráveis e frágeis, uma vez que, há uma perda a ser elaborada e um conjunto de sentimentos que não foram ainda eventualmente compreendidos, para além das questões práticas a serem

resolvidas (Schabbel, 2005). Assim, a indisponibilidade dos pais, sob o ponto de vista emocional, poderá levar a que as necessidades emocionais dos filhos não sejam percebidas ou detectadas (Cox et al., 2001; cit. Mota & Matos, 2008). Desta forma, o afecto negativo dos pais (i.e., estarem tristes, exaustos e desanimados), como consequência do conflito conjugal, pode acabar por alterar as interações entre pais e filhos. Assim, os efeitos do divórcio dependem da forma como o casal gere a separação, pelo que a presença ou ausência de conflitos interparentais parece influenciar decisivamente a adaptação dos filhos à situação.

Em termos comparativos, Kelly (2007) refere que os adolescentes filhos de pais divorciados apresentam um baixo ajustamento sócio-afectivo, por comparação com adolescentes provenientes de famílias intactas. Os adolescentes filhos de pais divorciados podem ter maior probabilidade de vir a ter fracos resultados académicos, comportamentais e sociais, a longo prazo, por comparação com adolescentes provenientes de famílias intactas. Estes resultados incluem: baixos níveis de escolaridade, piores condições de saúde, aumento de problemas de comportamento, depressão, elevados níveis de consumo de droga e álcool e gravidez na adolescência. Assim, os baixos resultados dos adolescentes filhos de pais divorciados poderão estar associados ao conflito interparental e às várias alterações na estrutura familiar (Rodgers & Pryor, 1998; cit. Butler, Scanlan, Robinson, Douglas & Murch, 2003). Por seu lado, os adolescentes oriundos de famílias intactas, onde se verificam elevados conflitos entre os pais, tendem a mostrar problemas similares aos dos adolescentes cujos pais estão divorciados (Raposo, et al., 2011).

Outros autores (Amato & Keith, 1991b; cit. Jungmeen, Hetherington & Reiss, 1999) defendem que os adolescentes provenientes de famílias divorciadas e de famílias reconstituídas podem apresentar mais problemas emocionais, comportamentais, sociais, académicos, dificuldades nos relacionamentos com os pais, irmãos e colegas, problemáticas externalizadas, tais como comportamento anti-social, de oposição e diminuição das responsabilidades, do que os adolescentes de famílias intactas. No mesmo sentido, vários autores (Amato & Keith, 1991b; Simons & Associates, 1996; cit. Freedman & Knupp, 2003; Souza, 2000) referem que os adolescentes filhos de pais divorciados têm maior probabilidade de abandonar a escola, de se envolverem em comportamentos desviantes, de se sentirem mais solitários, abandonados, isolados e de reduzirem o contacto social. Por outro lado, no estudo de Dunlop & Burns (1988; cit. Ruschena, Prior, Sanson, Smart, 2005), não foram encontradas diferenças significativas entre os filhos de pais divorciados e os

filhos provenientes de famílias intactas em termos de problemas de ajustamentos. Para os mesmos autores, estes resultados podem significar que o divórcio dos pais possa ter tido impacto para alguns dos adolescentes.

No estudo realizado por Harland, Reijneveld, Brugman, Verloove-Vanhorick e Verhulst (2002; cit. Hack & Ramires, 2010) os adolescentes filhos de pais divorciados com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos revelaram mais problemas de comportamento. Outro estudo comparativo entre raparigas e rapazes filhos de pais divorciados, confirmou que as raparigas se adaptam mais facilmente ao nível escolar e social do que os rapazes. Os rapazes necessitam de mais tempo para se adaptar ao divórcio dos pais, revelando comportamentos mais violentos e agressivos com os pais e os outros (Hines, 2007; cit. Hack & Ramires, 2010).

Parece que os adolescentes com maiores dificuldades de adaptação ao divórcio dos pais apresentam um risco acrescido de prejuízos desenvolvimentais, nomeadamente psicossociais e psicopatológicos (Butler, et al., 2003), enquanto os adolescentes que mostraram ser mais participativos no processo de divórcio dos pais, apresentaram maior capacidade para recuperar o equilíbrio e o sentido de normalidade das suas vidas, adaptando-se a esta nova realidade (Butler, et al., 2003). O estudo de Friendly e Grolnick (2009) verificou ainda que, quando os filhos passam de uma situação familiar conflituosa, para uma situação mais harmoniosa, apresentam menos problemas de ajustamento. Quando a separação dos pais envolve menor constrangimento e maior harmonia familiar, os resultados podem, inclusive ser mais satisfatórios para os jovens sob o ponto de vista do seu bem-estar, quando comparados com famílias intactas com elevados conflitos entre os pais (Amato & Sobolewski, 2001; cit. Mota & Matos, 2008). Por outro lado, um processo de divórcio harmonioso entre os pais, tendo em vista o interesse superior dos filhos pode, também contribuir para reduzir os problemas de ajustamento (Raposo, et al., 2011).

Síntese integrativa

Neste capítulo abordou-se o período da adolescência, e as suas diferentes tarefas ou dimensões de desenvolvimento, bem como a relação entre o divórcio dos pais e o ajustamento sócio-afectivo no início da adolescência.

As transições familiares podem levar a mudanças em todo o sistema, nomeadamente o divórcio dos pais. Após o divórcio dos pais, os membros da família passam por um período normal de luto, uma vez que existe uma perda que precisa de

ser elaborada. No entanto, a forma como o adolescente elabora o luto, pode ir desde a aceitação e adaptação à nova realidade de vida, ou simplesmente pode entrar em negação e revolta perante a ruptura do casamento dos pais.

Através da literatura consultada, parece normal que o adolescente manifeste alguma dificuldade em adaptar-se à nova realidade, pelo divórcio dos pais, pelo afastamento de um dos pais ou pelos conflitos entre estes. Para além disso, os filhos de pais divorciados, por comparação com os filhos de famílias intactas, parecem apresentar mais problemas de ajustamento, como baixo rendimento e insucesso escolar, ansiedade, comportamentos agressivos e desviantes, depressão, baixa auto-estima e auto-conceito, piores condições de saúde, entre outros. Deste modo, os filhos de pais divorciados parecem apresentar uma maior tendência para os problemas psicossociais do que os filhos de pais casados, o que não significa que os filhos de pais casados não possam apresentar o mesmo tipo de problemas, na presença de conflitos entre os pais. Como vimos anteriormente, para alguns casamentos conflituosos, o divórcio pode ser considerada a melhor opção para o equilíbrio e o bem-estar psicológico de cada membro da família na medida em que, o término da conflitualidade pode dotar os pais de uma maior disponibilidade afectiva, permitindo-lhes estar mais atentos às necessidades dos seus filhos, colaborar na sua educação, proporcionar uma boa comunicação e relacionamento entre pais e filhos e, logo, contribuir para o seu desenvolvimento saudável.

No próximo capítulo, apresentaremos o estudo empírico que desenvolvemos, com vista a compreender melhor a relação entre o divórcio dos pais e os ajustamentos dos filhos no início da adolescência.

II. Estudio empírico

1. Introdução

A literatura revista mostra um aumento significativo do divórcio nos últimos anos a par de eventuais repercussões deste acontecimento no desenvolvimento dos respectivos filhos (os adolescentes, com especial interesse neste estudo). Vários estudos internacionais (e.g., Amato & Cheadle, 2008; Hetherington, 1989; Kelly, 2007; Peris & Emery, 2004; Ruschena, et al., 2005) têm vindo a debruçar-se sobre as implicações do divórcio no ajustamento dos adolescentes. Contudo, em Portugal desconhecemos a existência de estudos nesta área. Estes aspectos (i.e., o aumento do número de casais divorciados e a ausência de estudos sobre o impacto deste acontecimento no desenvolvimento dos filhos adolescentes) vêm justificar a pertinência do nosso estudo.

O estudo que apresentamos de seguida, encontra-se estruturado a partir de um objectivo principal, o qual nos permitiu chegar a alguns objectivos mais específicos e hipóteses. Para dar resposta a esses objectivos e testar as nossas hipóteses recorreremos a vários métodos estatísticos, inicialmente com o intuito de validar a utilização do Questionário de Capacidades e de Dificuldades (SDQ; Goodman, 1997; traduzido para a população portuguesa por Fonseca, Loureiro & Gaspar; Gaspar & Paiva, 2003) e, posteriormente, efectuar comparações e testar relações entre variáveis.

1.1. Objectivos gerais

A presente investigação pretende contribuir para o aumento do conhecimento sobre a relação entre o divórcio dos pais e o ajustamento sócio-afectivo dos filhos no início da adolescência. Neste sentido, procurámos estudar eventuais diferenças no ajustamento psico-sócio-emocional de adolescentes filhos de pais divorciados comparativamente com adolescentes provenientes de famílias intactas.

1.1.1. Objectivos específicos

Mais especificamente, este estudo tem por objectivos:

- a) Efectuar o estudo psicométrico do SDQ para a amostra estudada, mais especificamente, a sua fidelidade e validade;

- b) Estudar o ajustamento psico-sócio-emocional e os sintomas psicopatológicos dos adolescentes da amostra;
- c) Analisar eventuais diferenças no ajustamento psico-sócio-emocional dos filhos de pais divorciados em relação aos filhos de famílias intactas;
- d) Identificar eventuais diferenças nos sintomas psicopatológicos dos filhos de pais divorciados em comparação com os filhos provenientes de famílias intactas.

Para o cumprimento destes objectivos, optou-se pela realização de uma pesquisa de natureza quantitativa, correlacional e transversal. De natureza quantitativa e correlacional, uma vez que visa explorar e determinar a existência de relações entre as variáveis em estudo, nomeadamente, o divórcio dos pais, os sintomas psicopatológicos apresentados pelo adolescente e as capacidades/dificuldades em termos emocionais, comportamentais e sociais experimentadas pelo adolescente. De natureza transversal, pois permite determinar a sobrecarga física, emocional e social dos adolescentes, num determinado momento temporal, ou seja, na altura da aplicação dos instrumentos de recolha de dados (Bryman & Cramer, 2003).

1.1.2. Hipóteses

Como referimos anteriormente um dos objectivos principais deste estudo é perceber se existem diferenças no ajustamento psico-sócio-afectivo nos filhos de pais divorciados em relação aos filhos provenientes de famílias intactas.

Tendo por base a fundamentação teórica apresentada na primeira parte deste estudo, formulamos as seguintes hipóteses de investigação, no que respeita ao terceiro e quarto objectivo deste estudo:

H1: Não existem diferenças significativas no ajustamento psico-sócio-emocional dos filhos de pais divorciados comparativamente com os filhos provenientes de famílias intactas.

H2: Não existem diferenças significativas no nível de sintomas psicopatológicos apresentados pelos filhos de pais divorciados em comparação com os exibidos pelos filhos provenientes de famílias intactas.

A literatura revista sugere que o divórcio dos pais em si mesmo não é a razão para o surgimento de problemas de ajustamento nos filhos (nomeadamente nos filhos adolescentes), sendo a elevada conflituosidade, (i.e., muito comum nas situações que conduzem ao divórcio e no próprio processo de divórcio, mas também vulgar em muitas relações familiares em que os pais se mantêm casados) apresentada como um factor de superior impacto no (dis)funcionamento psicológico dos filhos.

Vários estudos (e.g., Bing, et al., 2009; Davies et al., 2006; Davies et al., 2008; Grych, 2003; Moura & Matos, 2008; Nunes-Costa et al., 2009; Raposo et al., 2011) mostram que níveis elevados de conflito familiar podem ter importantes consequências no ajustamento psico-sócio-emocional dos filhos, bem como na relação entre pais e filhos. Por sua vez, na presença de conflito parental, os filhos provenientes de famílias intactas podem apresentar o mesmo tipo de problemas que os filhos de pais divorciados (Raposo et al., 2011).

1.2. Amostra

A amostra foi constituída por 101 adolescentes do sexo feminino e masculino com idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos, residentes no concelho de Évora. Os dados foram recolhidos junto dos alunos da Escola Básica 2,3 de Santa Clara de Évora nas turmas dos 7º e 8º anos.

A amostra estudada nesta investigação foi obtida através de um processo de amostragem não probabilístico, sendo uma amostragem por conveniência (Maroco, 2003).

Tal como se encontra exposto na tabela 1, 47 (i.e. 46,5%) adolescentes são do sexo masculino e 54 (i.e. 53.5%) do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos. A média de idades é de 13 anos com um desvio-padrão de 0.721.

No que respeita à escolaridade, verificou-se que 61 (i.e. 60.4%) dos adolescentes frequentam o 7º ano, e 40 (i.e. 39.6%) estão no 8ºano. Relativamente ao estado civil dos pais, constatámos que 69 (i.e. 68.3%) jovens referiram que os pais estavam casados ou a viverem em união de facto, 30 (i.e. 29.7%) responderam que os pais encontravam-se divorciados ou separados e apenas 2 (i.e. 2.0%) afirmaram que os pais estavam viúvos(as).

Tabela 1: *Caracterização sócio-demográfica dos participantes*

Variáveis demográficas		n	Frequências (fr)
Sexo	Masculino	47	46.5
	Feminino	54	53.5
	Total	101	100
Idade	12 anos	25	24.8
	13 anos	49	48.5
	14 anos	27	26.7
	Total	101	100
Escolaridade	7º anos	61	60.4
	8º anos	40	39.6
	Total	101	100
Estado civil dos pais	Casado(a)/União de facto	69	68.3
	Divorciado(a)/Separado(a)	30	29.7
	Viúvo(a)	2	2.0
	Total	101	100

Relativamente ao período de tempo que decorreu após o divórcio, em apenas 16.1% dos casos (i.e. n=5) o divórcio dos pais ocorreu há menos de dois anos e em 83.3 % (i.e. n=25) há mais de dois anos.

Tabela 2: *Caracterização do período de tempo decorrido após o divórcio dos pais*

Tempo em que ocorreu após o divórcio	n	%
Há menos de dois anos	5	16.1
Há mais de dois anos	25	83.3

No que concerne à qualidade da relação entre mãe e pai antes do divórcio, 21 (i.e. 70.9%) dos filhos afirmaram que os pais tinham uma relação razoável, 5 (i.e. 16.7%) classificaram a relação dos pais como má, 3 (i.e. 10.0%) apresentaram-na como conflituosa e apenas 1 (i.e. 3.3%) dos adolescentes considerou a relação dos pais como uma boa relação. Após o divórcio dos pais, 15 (i.e. 50.0%) adolescentes revelaram que os pais não estabelecem qualquer tipo de relação, 10 (i.e. 33.3%) confirmaram que os pais mantêm uma relação razoável, 3 (i.e. 10.0%) afirmaram existir uma boa relação entre os pais e apenas 2 (i.e. 6.7%) revelaram a ocorrência de conflitos na relação dos pais.

Tabela 3: *Caracterização da qualidade da relação dos pais antes e depois do divórcio*

<i>Qualidade</i>	<i>Pais divorciados (n=30)</i>			
	<i>Relação antes do divórcio</i>		<i>Relação depois do divórcio</i>	
	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
Boa	1	3.3	3	10.0
Razoável	21	70.9	10	33.3
Má	5	16.7	0	0
Conflituosa	3	10.0	2	6.7
Sem qualquer tipo de relação	0	0	15	50.0
Total	30	100	30	100

1.3. Instrumentos de recolha de dados

Nesta investigação foram utilizados três questionários que cumprem estes requisitos: um questionário sócio-demográfico, o Questionário de Capacidades e de Dificuldades (SDQ, Strengths and Difficulties Questionnaire; Goodman, 1997; traduzido e adaptado para a população portuguesa por Fonseca, Loureiro & Gaspar; Gaspar & Paiva, 2003) e o Inventário Breve de Sintomas (BSI, Brief Symptom Inventory; Derogatis & Spencer, 1982; adaptado e aferido para a população portuguesa por Canavarro em 1995).

1.3.1. Questionário Sócio-Demográfico

Foi elaborado um breve questionário sócio-demográfico com o objectivo de recolher, junto dos adolescentes, informação sobre a sua caracterização e respectiva família, nomeadamente: sexo, idade, escolaridade, elementos do agregado familiar, dados relativos à relação conjugal dos pais (e.g., se estão ou não divorciados, há quantos anos e elementos relativos à qualidade da relação).

1.3.2. Questionário de Capacidades e de Dificuldades (SDQ, Strengths and Difficulties Questionnaire; Goodman, 1997; traduzido e adaptado por Fonseca, Loureiro & Gaspar; Gaspar & Paiva, 2003)

O Questionário de Capacidades e de Dificuldades (SDQ, Goodman, 1997; Gaspar & Paiva, 2003) pretende avaliar o ajustamento psicossocial de crianças e adolescentes com idades compreendidas entre os 4 e os 16 anos. Este questionário, de preenchimento breve, é constituído por 25 itens que descrevem os atributos (alguns positivos e outros negativos) dos adolescentes, tendo por referência os últimos seis meses e são agrupados em cinco subescalas, cada uma delas com cinco itens. As subescalas são: *Sintomas emocionais*, *Problemas de comportamento*, *Hiperactividade*, *Problemas de relacionamento com os colegas* e *Comportamento pró-social* e o resultado da soma dos valores das subescalas, o *Total de dificuldades*, exceptuando a subescala *Comportamento pró-social*. Cada item de cada subescala tem três possibilidades de resposta, designadamente: 'Não é verdade' (0), 'É um pouco verdade' (1) e 'É muito verdade' (2), para todos os itens, à excepção dos itens 7, 11, 14, 21 e 25, em que o sentido de resposta é o inverso. Os resultados do total de dificuldades e de todas as subescalas podem ser interpretados como 'Normais', 'Limítrofes' e 'Anormais', tendo por base os valores standardizados.

O questionário compreende três versões: uma versão para os pais, outra para os professores e uma de auto-relato (a ser preenchida por jovens entre os 11 e os 16 anos). Neste estudo optámos por utilizar somente a versão para jovens. A versão portuguesa foi traduzida e adaptada por Mário Loureiro, António Fonseca e Filomena Gaspar (Gaspar & Paiva, 2003).

Na tabela 4 são apresentados os valores de consistência interna das 5 subescalas do SDQ do nosso estudo e de dois outros estudos europeus,

nomeadamente o estudo original de Goodman, Meltzer e Bailey (2003) e o estudo de Lundh, Wångby-Lundh e Bjärehe (2008).

Tabela 4: Coeficientes de fidelidade das subescalas do SDQ

<i>Subescalas</i>	<i>Presente estudo (n=101)</i>	<i>Goodman, Meltzer e Bailey (2003) (n=116)</i>	<i>Lundh, Wångby-Lundh e Bjärehed (2008) (n=926)</i>
Sintomas emocionais	0.66	0.75	0.67
Problemas de comportamento	0.48	0.72	0.57
Problemas de relacionamento com colegas	0.35	0.61	0.56
Hiperactividade	0.58	0.69	0.66
Comportamento pró-social	0.67	0.65	0.68
Total de dificuldades	0.70	0.82	0.76

Apesar de, no nosso estudo, a escala ter apresentado baixos valores de consistência interna para as cinco subescalas, com valores de *alpha Cronbach* que variam entre 0.35 e 0.67, o nível de consistência interna da escala total foi satisfatório com um valor de *alfa Cronbach* de 0.70 (cf. Anexo 4).

1.3.3. Inventário Breve de Sintomas (BSI, Brief Symptom Inventory; Derogatis & Spencer, 1982; adaptado e aferido por Canavarro, 1995)

O Inventário Breve de Sintomas (BSI, Derogatis & Spencer, 1982; adaptado e aferido por Canavarro, 1995) é um inventário de auto-resposta com 53 itens, onde o indivíduo deverá classificar o grau em que cada problema o afectou durante a última semana, numa escala tipo Likert que varia entre 'Nunca' (0) a 'Muitíssimas vezes' (4). O BSI avalia sintomas psicopatológicos em termos de nove dimensões de sintomatologia: *Somatização*, *Obsessões-Compulsões*, *Sensibilidade interpessoal*, *Depressão*, *Ansiedade Geral*, *Hostilidade*, *Ansiedade Fóbica*, *Ideação Paranóide e Psicoticismo*. É eficaz na discriminação de indivíduos com alterações do foro emocional de sujeitos psicologicamente adaptados. É uma forma breve do Symptom Checklist-90 (SCL-90) de sintomas psicopatológicos apresentando, ainda, três índices globais: o Índice Geral de Sintomas (IGS), o Total de Sintomas Positivos (TSP) e o

Índice de Sintomas Positivos (ISP), que constituem avaliações sumárias de perturbação emocional, representando diferentes aspectos de psicopatologia. A versão portuguesa foi adaptada e aferida por Maria Cristina Canavarro, em 1995.

Os estudos psicométricos efectuados na versão portuguesa (Canavarro, 1999) revelaram que a escala apresenta níveis adequados de consistência interna para as nove escalas, com valores de *alpha de Cronbach* que variam entre 0.72 para psicoticismo e 0.85 para depressão.

1.4. Procedimentos

1.4.1. Recolha de dados

Para recolher os dados da amostra foi solicitada uma autorização à Direcção Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular. Após aprovação da DGIDC, foi dirigida por carta à Direcção da Escola E. B. 2,3 de Santa Clara de Évora, o pedido de autorização para a inquirição dos alunos, à qual se anexaram os respectivos questionários a serem aplicados, o protocolo de investigação e a autorização a preencher pelo encarregado de educação (cf. Anexo 1,2,3).

Posteriormente, foi possível estabelecer um contacto directo com a adjunta da directora da escola onde se deram a conhecer os objectivos do estudo e foram acordadas as estratégias necessárias à aplicação dos instrumentos de recolha de dados. Só depois, os directores de cada turma distribuíram por cada aluno a autorização dirigida aos encarregados de educação, no sentido de os informar da realização do estudo e de solicitar a permissão para a administração dos questionários aos seus filhos.

As aplicações dos questionários foram realizadas durante o mês de Fevereiro, nas instalações da escola, mais propriamente nas salas de aula em tempos lectivos e em dias distintos da semana (previamente acordados com cada professor). Uma vez em contacto com os adolescentes, o entrevistador (e autor do presente estudo) apresentou-se e expôs o objectivo do estudo, pedindo a colaboração dos participantes para responderem o mais honestamente possível e verificarem, no final dos questionários, se tinham respondido a todas as perguntas. Foi-lhes, ainda, assegurado o respeito pelo anonimato e a confidencialidade dos dados. O preenchimento de todos os instrumentos foi sempre feito na presença do investigador, o que permitiu o

esclarecimento de dúvidas aos participantes. O tempo médio de aplicação do protocolo de investigação foi de vinte e cinco minutos.

1.4.2. Análise dos dados recolhidos

Foram utilizados diferentes testes estatísticos, seleccionados em função dos objectivos das análises, das características das variáveis consideradas e da verificação dos pressupostos necessários. A descrição dos testes estatísticos é efectuada no início de cada um dos tópicos dos resultados. Valores de prova inferiores a 0.05 foram considerados como indicando resultados estatisticamente significativos. Na análise estatística dos dados foi utilizado o SPSS (Pasw Statistics, versão 18).

2. Resultados descritivos

Os resultados descritivos na presente investigação englobam os valores de frequências, percentagens, médias e desvios-padrão para cada um dos instrumentos utilizados e respectivas dimensões.

2.1. Análise factorial

O nosso **primeiro objectivo** de trabalho corresponde à validação do SDQ, que nos possibilitará estudar posteriormente os restantes objectivos. Assim, procedemos à análise factorial exploratória dos 25 itens, de componentes principais, com rotação varimax.

2.1.1. O Questionário de Capacidades e de Dificuldades

Ao proceder-se à validação do SDQ, através da análise factorial exploratória de componentes principais, foram extraídos inicialmente nove factores com *eigenvalues* superiores ou iguais a 1. Posteriormente, foi realizada uma nova análise factorial de componentes principais com rotação varimax, forçada a cinco factores, que no total explicam 15,863% da variância (tabela 5). Através deste procedimento, alguns itens apresentaram menor peso de saturação, tais como: “Tenho pelo menos um bom amigo”, “Estou sempre distraído”, “Não sossego, estou sempre a mexer as pernas e as mãos”, “Gosto de partilhar com os outros” e “Geralmente acabo o que começo”.

Tabela 5: *Análise factorial do SDQ após rotação varimax*

Itens	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4	Factor 5
Ando muitas vezes triste e/ou a chorar. (SE)	0.727				
As outras crianças ou jovens metem-se comigo, ameaçam-me. (PRC)	0.683				
Estou quase sempre sozinho/a. Sou reservado/a. (PRC)	0.631				
Fico nervoso/a em situações novas. Facilmente fico inseguro/a. (SE)	0.621				
Tento ser simpático/a para os mais pequenos. (CP)		0.742			
Sou simpático/a para as outras pessoas. Preocupo-me com o que sentem. (CP)		0.732			
Gosto de ajudar os outros (pais, professores ou outros jovens). (CP)		0.714			
Preocupo-me muito. (SE)		0.474			
Gosto de ajudar se alguém está magoado, aborrecido ou doente. (CP)		0.448			
Sou irrequieto/a, não consigo ficar quieto/a muito tempo. (H)			0.826		
Não sossego, estou sempre a mexer as pernas e as mãos. (H)			0.746		
Gosto de partilhar com os outros. (CP)				0.731	
Os meus colegas geralmente gostam de mim. (PRC)				-0.595	
Tenho pelo menos um bom amigo/uma boa amiga. (PRC).				-0.578	
Penso nas coisas antes de as fazer. (H)					0.710
Geralmente acabo o que começo. Tenho boa atenção. (H)					0.667
Estou sempre distraído/a. Tenho dificuldades em concentrar-me. (H)					0.467

Nota: Os factores do estudo original encontram-se assinalados junto dos itens através das seguintes siglas: SE - Sintomas emocionais, PRC - Problemas de relacionamento com colegas, CP – Comportamento pró-social, H - Hiperactividade.

Os itens “As outras crianças ou jovens metem-se comigo, ameaçam-me ou intimidam-me” e “Estou sempre sozinho/a, jogo sozinho/a. Sou reservado/a”, que na escala original fazem parte da subescala de *Problemas de relacionamento com colegas*, na nossa análise factorial saturam na subescala de *Sintomas emocionais*. Parece-nos que esta alteração pode ser justificada pela forma como é enunciado o item. Os termos “ser reservado”, “sentir-se só, intimidado e ameaçado”, podem ser lidos mais como aspectos emocionais do que relacionais. Por sua vez, o item “Preocupo-me muito”, na escala original pertencente à subescala *Sintomas emocionais*, na nossa análise factorial satura na subescala de *Comportamento pró-social*. Neste caso, parece-nos que a palavra preocupação poderá ter sido entendida em termos sociais, ou seja, enquanto preocupação com os outros. Os itens “Os meus colegas geralmente gostam de mim” e “Tenho pelo menos um bom amigo/uma boa amiga”, que na escala original se encontram agrupados na subescala de *Problemas de relacionamento com colegas*, através da nossa análise factorial saturam na subescala de *Comportamento pró-social*, podendo este facto ser explicado pela formulação em sentido positivo dos itens e não como um problema.

Posto isto, no nosso estudo optámos por utilizar a composição original da escala, uma vez que o número reduzido de adolescentes que compõe a nossa amostra (para este tipo de estudos) não nos permite afirmar a representatividade da composição factorial encontrada. Neste caso, a dispersão da variância encontrada poderá ser explicada pelo reduzido número de elementos da nossa amostra. Ao optarmos pela versão original, suportámo-nos no número razoável de estudos existentes em diferentes culturas com esta mesma estrutura e assumimos a fragilidade dos resultados provenientes das análises com este instrumento. Assim, nas nossas análises utilizámos as cinco subescalas da escala original, bem como o valor total dos itens.

2.2. Estatística descritiva

Para cumprirmos o **segundo objectivo** da nossa investigação, iremos estudar o ajustamento psico-sócio-emocional e os sintomas psicopatológicos. Neste ponto calculámos as frequências, as médias e os desvios-padrão obtidos na amostra para cada dimensão estudada.

Tabela 6: *Distribuição (frequência) dos valores do SDQ*

Subescalas	Normal	Limítrofes	Anormais	Total
	<i>n</i>	<i>n</i>	<i>n</i>	<i>n</i>
Total das dificuldades	81	15	5	101
Sintomas emocionais	94	0	7	101
Problemas de comportamento	76	13	12	101
Hiperactividade	67	17	17	101
Problemas de relacionamento com colegas	90	10	1	101
Comportamento pró-social	91	6	4	101

De acordo com a tabela 6, verificámos que, na avaliação realizada pelos jovens, a maioria dos adolescentes apresentou no SDQ valores 'normais', quer na pontuação *Total das dificuldades*, quer nas restantes subescalas. Constatou-se uma percentagem superior a 80% para as subescalas: *Problemas de relacionamento com os colegas*, *Comportamento pró-social* e *Sintomas emocionais*; e entre 70% e 60 % para as subescalas *Hiperactividade* e *Problemas de comportamento*. Na subescala de *Hiperactividade*, apesar de 67% dos adolescentes apresentarem valores dentro do 'normal', 17% obtiveram valores 'limítrofes' e 'anormais'. Na subescala de *Problemas de comportamento*, 76% dos adolescentes evidenciaram valores 'normais', embora 13% e 12 % apresentaram valores 'limítrofes' e 'anormais'.

Tabela 7: Valores (média e desvio-padrão) dos valores do BSI

<i>Dimensões</i>	<i>Participantes da amostra</i>	
	<i>M</i>	<i>DP</i>
Somatização	3.79	3.95
Obsessões–Compulsões	5.46	3.42
Sensibilidade Interpessoal	3.30	3.34
Depressão	4.83	4.29
Ansiedade	3.78	3.51
Hostilidade	5.08	4.18
Ansiedade Fóbica	1.99	2.96
Ideação Paranóide	4.62	3.63
Psicoticismo	3.69	3.41
Índice Geral de Sintomas	0.75	0.56
Total de Sintomas Positivos	25.24	12.89
Índice de Sintomas Positivos	1.47	0.48

Podemos observar na nossa amostra que, para a dimensão de ansiedade fóbica verificámos valores mais baixos ($M=1.99$), por outro lado, para a dimensão de obsessões-compulsões ($M=5.46$) e de hostilidade ($M=5.08$) evidenciámos valores mais elevados.

2.3. Comparação de médias

Para testar as hipóteses 1 e 2 do nosso estudo, que tinham como finalidade estudar a relação entre a proveniência dos adolescentes (filhos de pais divorciados ou de famílias intactas) e as variáveis ajustamento psico-sócio-emocional e sintomas psicopatológicos, procedemos à comparação de médias através do Teste *t-Student*.

2.3.1. Ajustamento psico-sócio-emocional

H1: *Não existem diferenças significativas no ajustamento psico-sócio-emocional dos filhos de pais divorciados comparativamente com os filhos provenientes de famílias intactas.*

A comparação dos valores médios do total de dificuldades (proveniente do SDQ) dos filhos de pais divorciados comparativamente com os filhos de famílias intactas, não revelou diferenças estatisticamente significativas ($t=-0.649$, $gl=97$, $p\geq 0.05$). O mesmo sucedeu nas diferentes subescalas onde não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas ($p\geq 0.05$) (cf. Anexo 5): *sintomas emocionais* ($t=-0.581$, $gl=97$, $p=0.107$), *problemas de comportamento* ($t=-0.079$, $gl=97$, $p=0.539$), *hiperactividade* ($t=-0.961$, $gl=97$, $p=0.276$), *problemas de relacionamento com colegas* ($t=0.104$, $gl=97$, $p=0.354$), *comportamento pró-social* ($t=-0.699$, $gl=97$, $p=0.484$). Neste sentido, podemos afirmar que os resultados obtidos confirmam a nossa hipótese 1.

Tabela 8: Distribuição dos valores médios do ajustamento psico-sócio-emocional dos filhos de pais divorciados e dos filhos de pais casados

Subescalas	Filhos de pais divorciados (n=30)		Filhos de pais casados (n=69)		Diferenças	
	M	DP	M	DP	t	p
Total de dificuldades	12.40	5.45	11.71	4.59	-0.649	0.162
Sintomas emocionais	3.57	2.39	3.30	1.91	-0.581	0.107
Problemas de comportamento	2.57	1.63	2.54	1.80	-0.079	0.539
Hiperactividade	4.73	2.29	4.30	1.93	-0.961	0.276
Problemas de relacionamento com colegas	1.53	1.52	1.57	1.35	0.104	0.354
Comportamento pró-social	8.33	1.85	8.06	1.78	-0.699	0.484

2.3.2. Sintomas psicopatológicos

H2: *Não existem diferenças significativas no nível de sintomas psicopatológicos apresentados pelos filhos de pais divorciados em comparação com os exibidos pelos filhos provenientes de famílias intactas*

A comparação dos valores médios de sintomas psicopatológicos (oriundos do BSI) dos filhos de pais divorciados e os de famílias intactas, revela que os filhos de pais divorciados apresentaram níveis superiores de sintomatologia em todas as dimensões comparativamente com os filhos de famílias intactas, com diferenças estatisticamente significativas para as dimensões obsessões-compulsões, sensibilidade interpessoal, ansiedade fóbica, ideação paranóide e, psicoticismo ($p \leq 0.05$).

A *somatização* ($t=-0.992$, $gl=97$, $p=0.347$), *obsessões-compulsões* ($t=0.981$, $gl=97$, $p=0.020$), *sensibilidade interpessoal* ($t=-1.515$, $gl=97$, $p=0.019$), *depressão* ($t=-1.479$, $gl=97$, $p=0.055$), *ansiedade* ($t=-1.341$, $gl=97$, $p=0.090$), *hostilidade* ($t=-0.351$, $gl=97$, $p=0.663$), *ansiedade fóbica* ($t=-2.216$, $gl=97$, $p=0.001$), *ideação paranóide* ($t=-1.603$, $gl=97$, $p=0.013$), *psicoticismo* ($t=-1.848$, $gl=97$, $p=0.004$), e o *índice geral de sintomas* ($t=-0.581$, $gl=97$, $p=0.107$) (cf. Anexo 7).

Face a estes resultados, não podemos validar a nossa hipótese 2, uma vez que foram encontradas diferenças estatisticamente significativas em alguns dos sintomas psicopatológicos.

Tabela 9: Distribuição dos valores médios dos sintomas psicopatológicos dos filhos de pais divorciados e dos filhos de pais casados

<i>Dimensões</i>	<i>Filhos de pais divorciados (n=30)</i>		<i>Filhos de pais casados (n=69)</i>		<i>Diferenças</i>	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t</i>	<i>ρ</i>
Somatização	4.40	4.34	3.54	3.82	-0.992	0.347
Obsessões-Compulsões	6.00	4.03	5.26	3.16	0.981	0.020*
Sensibilidade Interpessoal	4.07	4.04	2.96	3.01	-1.515	0.019*
Depressão	5.77	5.04	4.38	3.94	-1.479	0.055
Ansiedade	4.47	3.77	3.43	3.41	-1.341	0.090
Hostilidade	5.27	4.04	4.94	4.30	-0.351	0.663
Ansiedade Fóbica	3.00	3.88	1.58	2.42	-2.216	0.001**
Ideação Paranóide	5.53	4.59	4.26	3.13	-1.603	0.013*
Psicoticismo	4.70	4.10	3.33	3.02	-1.848	0.004**
Índice Geral de Sintomas	3.57	2.39	3.30	1.91	-0.581	0.107

*($p \geq 0.05$) **($p \geq 0.001$)

3. Discussão dos resultados

Com base no objectivo principal deste estudo – a caracterização dos filhos de pais divorciados e dos filhos provenientes de famílias intactas com base no seu ajustamento psico-sócio-emocional –, a discussão dos resultados será descrita tendo em conta os dados obtidos na amostra em geral.

3.1. Características psicométricas do Questionário de Capacidades e de Dificuldades (SDQ)

No que respeita ao **primeiro objectivo** deste trabalho, estudar a fidelidade e validade do SDQ, pudemos constatar que esta escala apresenta qualidades psicométricas satisfatórias, mas com estruturas factoriais muito distantes das encontradas no estudo original. Assim optámos por utilizar a escala original, uma vez que a nossa amostra contém um número reduzido de adolescentes, revelando-se na dispersão da variância encontrada.

3.2. Ajustamento psico-sócio-emocional

No que concerne ao estudo descritivo da variável ajustamento psico-sócio-emocional (**objectivo 2**), verificámos que a maioria dos filhos de pais divorciados comparativamente com os filhos de famílias intactas apresenta valores ‘normais’ nas cinco subescalas do SDQ, ainda que, para a subescala *hiperactividade e problemas de comportamentos*, alguns adolescentes apresentam valores ‘limítrofes’ e ‘anormais’. Estes resultados indicam a ausência de perturbações emocionais ou comportamentais para a maioria dos adolescentes entre os 12 e os 14 anos, e bons níveis de ajustamento psicossocial por parte dos mesmos. A elevada pontuação de valores ‘normais’ na subescala de *Sintomas emocionais*, *Problemas de relacionamento com colegas*, e *Comportamento pró-social* revela que a maioria dos adolescentes parecem ter mais facilidade em relacionar-se com o grupo de pares, colegas, e pais, socializar com os outros, lidar com as suas emoções e sentimentos de forma adequada, e resolver problemas. No que se refere à subescala de *Hiperactividade e Problemas de comportamento* constata-se que alguns adolescentes tendem a apresentar dificuldades em se concentrar, terminar as tarefas, cumprir regras, tolerar limites, lidar com a frustração, distrair-se com facilidade, revelar comportamentos impulsivos,

irrequietos, agitados, agressivos, e isolamento (Nunes & Werland, 2008). O estudo de Nunes e Werland (2008) mostra que 10 a 20% dos adolescentes apresentam problemas emocionais e comportamentais e ao que parece ser normal e esperado para esta faixa etária.

Em relação à **hipótese 1**, tentámos averiguar a existência de diferenças no ajustamento psico-sócio-emocional dos filhos de pais divorciados por comparação com os filhos provenientes de famílias intactas. A hipótese 1 foi confirmada, uma vez não encontrámos diferenças estatisticamente significativas.

Vários estudos (e.g., Freedman & Knupp, 2003; Hack & Ramires, 2010; Jungmeen, Hetherington & Reiss, 1999; Kelly, 2007; Souza, 2000) salientam que os filhos de pais divorciados tendem a apresentar mais problemas psicossociais comparativamente aos filhos provenientes de famílias intactas. Para os mesmos autores, parece existir consenso sobre os efeitos negativos do divórcio dos pais no ajustamento dos filhos (sobretudo dos filhos adolescentes). Ao contrário destes, o estudo de Dunlop e Burns (1988; cit. Ruschena et al., 2005) vem mostrar que os filhos de pais divorciados comparativamente com os filhos provenientes de famílias intactas não apresentam diferenças significativas em termos de problemas de ajustamento. A inexistência de diferenças entre os dois grupos de adolescentes a este nível pode estar relacionado com o facto de 83.3% dos adolescentes deste grupo serem filhos de pais divorciados há mais de dois anos, o que segundo a literatura revista (e.g. Hetherington, 1989) sugere que o período mais difícil de adaptação já terá passado, e que após esse período de tempo, os filhos apresentam melhores níveis de ajustamento/funcionamento. Os adolescentes que passaram por alterações na estrutura familiar (e.g. divórcio dos pais), bem como os adolescentes provenientes de famílias intactas parecem desenvolver-se de uma forma muito semelhante (Dunlop & Burns, 1988, cit. Ruschena et al., 2005).

3.3. Sintomas psicopatológicos

Ainda no que diz respeito à análise descritiva da variável sintomas psicopatológicos (**objectivo 2**), foi possível observar que os filhos de pais divorciados em comparação com os filhos provenientes de famílias intactas apresentam valores mais elevados na *dimensão de obsessões-compulsões* e de *hostilidade*, e valores mais baixos na *dimensão de ansiedade fóbica*.

A *dimensão de obsessões-compulsões* avalia os comportamentos, em particular, os impulsos que são percebidos como persistentes e aos quais os sujeitos não

conseguem resistir. Estes sujeitos, geralmente são mais inseguros, ansiosos, insatisfeitos, e têm mais dificuldades em lidar com situações que criem maior stress (Canavarro, 1999). Os sujeitos com elevadas pontuações nesta dimensão tendem a ser mais obsessivos-compulsivos.

A *dimensão de hostilidade* inclui os pensamentos, as emoções e os comportamentos dos sujeitos, característicos de um estado afectivo negativo. Estes sujeitos, geralmente são mais depressivos, ansiosos, agitados, aborrecidos, pessimistas e angustiados (Canavarro, 1999; Albuquerque & Trócoli, 2004; cit. Paschoal & Tamayo, 2008). Os sujeitos com elevadas pontuações nesta dimensão são tendencialmente mais hostis. Por outro lado, a *dimensão de ansiedade fóbica* diz respeito a uma resposta de medo persistente em relação a uma pessoa, local ou situação específica, que conduz ao comportamento de evitamento. No entanto, são poucos os sujeitos que manifestam ansiedade fóbica.

Relativamente à **hipótese 2**, procurámos verificar a existência de diferenças no nível de sintomas psicopatológicos apresentados pelos filhos de pais divorciados comparativamente com os filhos provenientes de famílias intactas. A análise das diferenças entre os filhos de pais divorciados e os filhos de famílias intactas, no que respeita aos sintomas psicopatológicos, mostra que os filhos de pais divorciados apresentam níveis mais elevados de sintomatologia, em comparação com os filhos de famílias intactas, e com diferenças estatisticamente significativas para as dimensões *obsessões-compulsões, sensibilidade interpessoal, ansiedade fóbica, ideação paranóide e, psicoticismo*. Estes resultados vêm de encontro ao estudo de Butler, et al. (2003), acerca da relação entre o período de adaptação ao divórcio dos pais e a manifestação de sintomas psicopatológicos nos filhos.

O resultado da *dimensão de ansiedade fóbica* pode dever-se ao facto de os filhos de pais divorciados terem mais dificuldades em confrontar-se com situações que criem alguma ansiedade, stress (e.g., processo do divórcio dos pais, conflitos entre os pais).

O resultado da *dimensão de sensibilidade interpessoal*, no que respeita aos filhos de pais divorciados, pode estar relacionado com a diminuição de afecto, comunicação, controlo, monitorização, disponibilidade por parte dos pais durante o período em torno do divórcio (Cohen & Finzi-Dottan, 2005). Estes aspectos podem contribuir para que filhos sejam mais inseguros, vulneráveis, com dificuldades na interacção com os outros, terem sentimentos de inferioridade, e baixa auto-estima (Brown, 2006; Canavarro, 1999).

Em termos da relação da *dimensão de psicoticismo* e da *dimensão ideação paranóide* dos filhos de pais divorciados, em comparação com os filhos provenientes de famílias intactas, não encontramos investigações que fundamentassem estes resultados.

3.4. Limitações e futuras direcções

Como limitações deste estudo, podemos apontar a existência de uma amostra reduzida e com pouca homogeneidade, que não apresenta uma variedade desejada quanto a algumas características da família dos adolescentes, nomeadamente quanto ao estado civil dos pais (maioria dos pais eram casados), ao período de tempo após o divórcio dos pais (maioria dos pais tinham-se divorciado há mais de dois anos), e ao conflito entre os pais antes e depois do divórcio (os pais divorciados eram apenas 30). A partir do reduzido número de filhos de pais divorciados que havia vivenciado o divórcio dos pais há menos de dois anos, não foi possível proceder-se à comparação de problemas de ajustamento dos filhos de pais divorciados há menos e há mais de dois anos. Podemos, também considerar como limitação, o facto de o instrumento utilizado para avaliar os sintomas psicopatológicos (BSI), ter sido aplicado a jovens entre os 12 e os 14 anos, quando este instrumento se dirige a adolescentes a partir dos 13 anos de idade, o que pode ter influenciado o modo como cada um deles interpretou e compreendeu os vários itens. Neste sentido, alguns adolescentes apresentaram algumas dificuldades em perceber certas expressões utilizadas no inventário (e.g., tensão interior, sentir-se atemorizado, sensação de vazio na cabeça, afrontamentos). Uma outra limitação diz respeito ao Questionário de Capacidade e de Dificuldades (SDQ), por este não se encontrar aferido para a população portuguesa e pela ausência de estudos no nosso país que utilizassem a versão de auto-relato. Deste modo, considera-se pertinente, para futuras investigações, ter em conta as limitações anteriormente referidas, relativas à dimensão da amostra, distribuição homogénea de filhos de pais divorciados e de filhos provenientes de famílias intactas e às variáveis: o período de tempo que decorreu após o divórcio e os conflitos entre os pais. Parece-nos agora mais interessante do que avaliar o divórcio dos pais em relação ao ajustamento dos filhos, poder estudar o nível de conflito intrafamiliar e o seu impacto nos adolescentes. Também se considera pertinente sugerir como estudo futuro, uma investigação que procure compreender as vivências emocionais dos filhos (nomeadamente adolescentes) por género, antes e depois do divórcio dos pais.

Ainda assim, este estudo permitiu reflectir sobre a importância de olharmos e pensarmos no divórcio. De algum modo, este estudo vem questionar o preconceito vigente na nossa sociedade e que atribui “todos os problemas” dos filhos de pais divorciados à separação dos pais.

Esperamos que este estudo possa ser utilizado como fonte de consulta e referência para novas investigações, uma vez que a literatura relativa a esta temática no nosso país ainda não se encontra desenvolvida.

Referências bibliográficas

- Alarcão, M. M. (2000). *(Des)equilíbrios familiares: Uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto.
- Alsaker, F. (1992). Pubertal timing overweight and psychological adjustment. *Journal of Early Adolescence*, 2, 396-419.
- Afifi, T. D. & Schrodt, P. (2003). Feeling caught as a mediator of adolescents and young adults avoidance and satisfaction with their parents in divorced and non-divorced households. *Communication Monographs*, 70 (2), 142-173.
- Amato, P. R. (1994). Life-Span adjustment of children to their parent's divorce. *Special Issue on Children and Divorce in Future of Children*, 4 (1), 143-164.
- Amato, P. R., Loomis, L. S., & Booth, A. (1995). Parental divorce, marital conflict and offspring well-being during early adulthood. *Social Forces*, 73 (3), 895-915.
- Amato, P. R., & Cheadle, J. E. (2008). Parental divorce, marital conflict and children's behavior problems: A comparison of adopted and biological children. *Social Forces*, 86 (3), 1139-1161.
- Barbosa, R. (2001). *A vinculação aos pais e a imagem corporal de adolescentes e jovens adultos*. Dissertação de Mestrado submetida para obtenção do Grau de Mestre. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Barros, M. L., Pereira, A. I., & Goes, A. R. (2007). *Educar com sucesso. Manual para técnicos e pais*. Lisboa: Epis, empresários para inclusão social.
- Bell, D., Foster, S., & Mash, E. (2005). Handbook of behavioral and emotional problems in girls. In C. M. Buchanan, *Girls adjustment to divorce and remarriage*, (pp.415-438). Issues in Clinical Child Psychology. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Belsky, J., & Fearon, R. M. (2004). Exploring marriage-parenting typologies, their contextual antecedents and developmental sequelae. *Development and Psychopathology*, 16, 501-524.
- Benetti, S. P. (2006). Conflito conjugal: Impacto no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19 (2), 261-268.
- Bing, N., Nelson III, W., & Wesolowski, K. (2009). Comparing the effects of amount of conflict on children's adjustment following parental divorce. *Journal of Divorce & Remarriage*, 50 (3), 159-171.

- Bizarro, L. (2000). *O bem-estar psicológico durante a adolescência*. Dissertação de Doutorado submetida para obtenção do Grau de Doutor. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Braconnier, A., & Marcelli, D. (2000). *As mil faces da adolescência*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bretherton, I., & Munholland, K. A. (1999). Internal working models in attachment relationships: A construct revisited. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of Attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 89-114). New York: Guilford Press.
- Brooks-Gunn, J., & Reiter, E. O. (1993). The role of pubertal processes. In S. S. Feldman, & G. R. Elliott (Eds.), *At the threshold. The developing adolescent* (pp. 16-53). Cambridge: Harvard University Press.
- Brown, S. L. (2006). Family structure transitions and adolescent well-being. *Demography*, 43 (3), 447-461.
- Buchanan, C. M., Maccoby, E. E., & Dornbusch, S. M. (1991). Caught between parents: Adolescents experience in divorce homes. *Child Development*, 62, 1008-1029.
- Butler, I., Scanlan, L., Robinson, M., Douglas, G., & Murch, M. (2003). *Divorcing children: Children's experience to their parent's divorce*. London and New York: Jessica Kingsley Publishers.
- Canavarro, M. C. (1999). Inventário de Sintomas Psicopatológicos – B.S.I. In M.R. Simões, M.M. Gonçalves, & L.S. Almeida (Eds.), *Avaliação psicológica. Instrumentos validados para a população portuguesa* (pp.305-330). Braga: Sistemas Humanos e Organizacionais, Lda.
- Clarke-Stewart, A., & Brentano, C. (2006). *Divorce: Causes and consequences*. New Haven and London: Yale University Press.
- Çivitci, N., Çivitci, A., & Fiyakali, N. C. (2009). Loneliness and life satisfaction in adolescents with divorced and non- divorced parents. *Educational Sciences: Theory & Practice*, 9 (2), 513-525.
- Cohen, O., & Finzi-Dottan, R. (2005). Parental-child relationship during the divorce process: From attachment theory and intergenerational perspective. *Contemporary Family Therapy*, 27 (1), 81-99.
- Coll, C., Palacios, J., & Marchesi, A. (Eds.) (2004). Desenvolvimento psicológico e educação I: Psicologia evolutiva. In A. Oliva (Ed.), *Desenvolvimento social durante a adolescência* (pp. 350-357). Porto Alegre: Edição ArtMed.

- Correia, I. M. (2002). Famílias monoparentais - Uma família, um caso. *Revista Portuguesa Clínica Geral*, 18, 241-249.
- Costa, M. I. (2004). A família com filhos com necessidades especiais. *Instituto Politécnico de Viseu*, 30, 74-100.
- Cummings, E., Davies, P., & Simpson, K. (1994). Marital conflict, gender, and children's appraisals and coping efficacy as mediators of child adjustment. *Journal of Family Psychology*, 8 (2), 141-149.
- Davies, P. T., Sturge-Apple, M. L., Winter, M. A., Cummings, E. M., & Farrell, D. (2006). Child adaptational development in contexts of interparental conflict over time. *Child Development*, 77 (1), 218-233.
- Davies, P. T., Woitach, M. J., Winter, M. A., & Cummings, E. M. (2008). Children's insecure representations of the interparental relationship and their school adjustment: The mediating role of attention difficulties. *Child Development*, 79 (5), 1570-1582.
- Demo, D., & Acock, A. (1996). Family structure, family process, and adolescent well-being. *Journal of Research on Adolescence*, 6 (4), 457-488.
- Esfandyari, B., Baharudin, R., & Nowzari, L. (2009). Background of inter-parent conflicts and internalizing behaviour problems amongs adolescents. *European Journal of Scientific Research*, 37 (4), 599-607.
- Feldman, R. S. (2001). *Compreender a psicologia* (5ªed.). Lisboa: McGraw-Hill.
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11 (2), 379-394.
- Ferreira, T. H., Aznar-Farias, M., & Silveiras, E. F. (2003). A construção da identidade em adolescentes: Um estudo exploratório. *Estudos de Psicologia*, 8 (1), 107-115.
- Ferreira, M., & Nelas, P. (2006). Adolescências, adolescentes. *Educação, Ciência e Tecnologia*, 141-162.
- Fleming, M. (1997). *Adolescência e autonomia: O desenvolvimento psicológico e a relação com os pais* (2ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Fleming, M. (2005). *Entre o medo e o desejo de crescer*. Porto: Edições Afrontamento.
- Freedman, S., & Knupp, A. (2003). The impact of forgiveness on adolescent adjustment to parental divorce. *Journal of Divorce & Remarriage*, 39 (1), 135- 165.
- Friendly, R., & Grolnick, W. (2009). Child adjustment to familial dissolution: An examination of parental factors using a self-determination theory framework. *Journal of Divorce & Remarriage*, 50 (1), 66-80.

- Gaspar, M. F., & Paiva, P. (2003). *Parenting practices and children's socio-emotional development: A study with portuguese community preschool age children*. Consultado em 02 de Novembro de 2010, através de <http://www.incredibleyears.com/Library/items/parenting-practices-lift-portuguese-04.pdf>.
- Goodman, R., Meltzer, H., & Bailey, V. (2003). The strengths and difficulties questionnaire: A pilot study on validity of the self-report version. *International Review of Psychiatry*, 15, 173-177.
- Granot, T. (2005). *Without you: Children and young people growing up with loss and its effects*. London and Philadelphia: Jessica Kingsley Publishers.
- Greeff, A., & Toit, C. (2009). Resilience in remarried families. *American Journal of Family Therapy*, 37, 114-126.
- Grych, J. H., Harold, G. T., & Miles, C. J. (2003). A prospective investigation of appraisals as mediators of the link between interparental conflict and child adjustment. *Child Development*, 74 (4), 1176-1193.
- Grych J. H. (2005). Interparental conflict as a risk factor for child maladjustment: Implications for the development of prevention programs. *Family Court Review*, 43, 97-108.
- Hack, S. M., & Ramires, V. R. (2010). Adolescência e divórcio parental: Descontinuidades e rupturas dos relacionamentos. *Psicologia Clínica*, 22 (1), 85-97.
- Hetherington, E. M. (1989). Coping with family transitions: winners, losers and survivors. *Child Development*, 60, 1-14.
- Hetherington, E. M. (1993). An overview of the virginia longitudinal study of divorce and remarriage with a focus on early adolescence, *Journal of Family Psychology*, 7, 39-56.
- Hetherington, E. M., & Kelly, J. (2002). *For better or for worse: Divorce reconsidered*. New York: Norton & Co.
- Hetherington, E., M., & Stanley-Hagan, M. (1999). The adjustment of children with divorced parents: A risk and resiliency perspective. *Journal Child Psychological. Psychiatry*, 40 (1), 129-140.
- Hsieh, M., & Leung, P. (2009). Protective factors for adolescents amongs divorced single-parent families from Taiwan. *Social Work in Health Care*, 48, 298-320.
- INE (2006). População e sociedade. *Estatísticas demográficas (2005)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

- INE (2008). População e sociedade. *Estatísticas demográficas* (2007). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2009). População e sociedade. *Estatísticas demográficas* (2008). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2009). Anuário Estatístico de Portugal. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Jungmeen, K. E., Hetherington, E. M., & Reiss, D. (1999). Associations among family relationships, antisocial peers, and adolescents externalizing behaviors: Gender and family type differences. *Child Development*, 70 (5), 1209-1230.
- Kelly, J. (2007). Children's living arrangements following separation and divorce: Insights from empirical and clinical research. *Family Process*, 46 (1), 35-52.
- Lamela, D., Castro, M., Gonçalves, T., & Figueiredo, B. (2009). PApi-“Pais por inteiro”. Programa de intervenção em grupo para o ajustamento pessoal e a promoção da coparentalidade positiva em pais divorciados. *Análise Psicológica*, 27 (4), 493-507.
- Lamela, D., Castro, M., & Figueiredo, B. (2010). Pais por inteiro: Avaliação preliminar da eficácia de uma intervenção em grupo para pais divorciados. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 23 (2), 334-344.
- Laursen, B., & Jensen-Campbell, L. A. (1999). The nature and functions of social exchange in adolescent romantic relationships. In W. Furman, B. B. Brown., & C. Felting (Eds.), *Contemporary perspectives on adolescent romantic relationships* (pp. 50-74). New York: Cambridge University Press.
- Lazar, A., Guttman, J., & Abas, L. (2009) Parental authority in divorced families. *Journal of Divorce & Remarriage*, 50 (5), 356-368.
- Lemos, I. F. (2010). Risco psicossocial e psicopatologia em adolescentes com percurso delinquente. *Análise Psicológica*, 1 (28), 117-132.
- Lundh, L., Lundh-Wangby, M., & Bjärehed, J. (2008). Self-reported emotional and behavioral problems in Swedish 14 to 15 year-old adolescents: A study with the self-report version of the strengths and difficulties questionnaire. *Scandinavian Journal of Psychology*, 49, 523-532.
- Marcelli, D. (1998). *Manual de psicopatologia da infância de ajuriaguerra* (5ªed.). Porto Alegre: Edição Artmed.
- Maroco, J. (2003). *Análise estatística com utilização do SPSS* (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Martins, A. (2010). *Impacto do divórcio parental no comportamento dos filhos. Factores que contribuem para uma melhor adaptação. Implicações médico-legais.*

- Dissertação de Mestrado submetida para obtenção do Grau de Mestre. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto.
- Molina, B., & Chassin, L. (1996). The parentchild relationship at puberty: An examination of hispanicethnicity and parent alcoholism as moderators. *Developmental Psychology, 32*, 675-686.
- Mota, C., & Matos, P. (2008). Attachment, conflict and self-esteem in adolescents from intact and divorced families. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 22* (3), 344-352.
- Moura, O., & Matos, P. (2008). Vinculação aos pais, divórcio e conflito inter-parental em adolescentes. *Psicologia, 22* (1), 127-152.
- Noller, P., Feeney, J., Sheehan, G., Darlington, Y., & Rogers, C. (2008). Conflict in divorcing and continuously married families: A study of marital, parent-child and sibling relationships. *Journal of Divorce & Remarriage, 49* (1), 1- 24.
- Nunes-Costa, R., Lamela, D., & Figueiredo B. (2009). Psychosocial adjustment and physical health in children of divorce. *Jornal de Pediatria, 85* (5), 385-396.
- Nunes, S. M. M., & Werlang, G. S. B. (2008). Transtornos de deficit de atenção/hiperactividade e transtorno de conduta: Aspectos familiares e escolares. *Conscientiae Saúde, 7* (2), 207-216.
- Papalia, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2006). *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Edição Artmed.
- Paschoal, T., & Tamayo, A. (2008). Construção e validade da escala de bem-estar no trabalho. *Avaliação Psicológica, 7* (1), 11-22.
- Pereira, M., & Pinto, H. (2003). O conflito no contexto da separação e divórcio: A perspectiva feminina. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática, 2*, 187-203.
- Peris, S. T., & Emery, E. R. (2004). Prospective study of the consequences of marital disruption for adolescents: Predisruption family dynamics and postdisruption adolescent adjustment. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology, 33* (4), 696-704.
- Polanczyk, V. G., Denardin, D., Laufer, T., Pianca, T., & Rohde, A. L. (2002). O transtorno de déficit de atenção/hiperactividade na adolescência. *Adolescência Latina Americana, 3* (2), 1-15.
- Pratta, E. M., & Santos, M. A. (2007). Família e adolescência: A influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo, 12* (2), 247-256.

- Raposo, H. S., Figueiredo, B. C., Lamela, D. J., Nunes-Costa, R, Castro, M. C., & Prego, J. (2011). Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais. *Revista de Psiquiatria Clínica, 38* (1), 29-33.
- Rego, C. (2008). *A mãe e o pai vão separar-se. Falar com os filhos sobre a separação conjugal*. Dissertação de Mestrado submetida para obtenção do Grau de Mestre. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família: Perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Relvas, A. P., & Alarcão, M. M. (2007). *Novas formas de família* (2ª ed.). Coimbra: Editora Quarteto.
- Reynold, L. R. (2009). *Still family: A guide to good parenting through divorce*. United States of American: Amacom.
- Robinson, M. (1993). *Family transformation through divorce and remarriage: A systemic approach*. London and New York: Routledge.
- Rohde, A. L., & Halper, R. (2004). Recent advances on attention deficit/hyperactivity disorder. *Jornal de Pediatria, 80* (2), 61-70.
- Ruschena, E., Prior, M., Sandon, A., & Smart, D. (2005). A longitudinal study of adolescent adjustment following family transitions. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 46* (4), 353-363.
- Schabbel, C. (2005). Relações familiares na separação conjugal: Contribuições da mediação. *Psicologia: Teoria e Prática, 7* (1), 13-20.
- Schick, A. (2002). Behavioral and emotional differences between children of divorce and children from intact families: Clinical significance and mediating processes. *Swiss Journal Psychological, 61*, 5-14.
- SDQ: *Information for researchers and professionals about the Strengths & Difficulties Questionnaires*. Consultado em 30 de Outubro de 2010, através de <http://www.sdqinfo.org>.
- Senos, J., & Diniz, T. (1998). Auto-estima, resultados escolares e indisciplina. Estudo exploratório numa amostra de adolescentes. *Análise Psicológica, 2* (16), 267-276.
- Silva, M. G., & Costa, M. E. (2005). Desenvolvimento psicossocial e ansiedades nos jovens. *Análise Psicológica, 23* (2), 111-127.
- Sobolewski, J. M., & Amato, P. R. (2007). Parents discord and divorce, parent-child relationships and subjective well-being in early adulthood: Is feeling close to two parents always better than feeling close to one? *Social Forces, 85* (3), 1105-1124.

- Sousa, M. (2000). *Sexualidade na adolescência: Comportamentos, conhecimentos e opiniões/attitudes de adolescentes escolarizados*. Dissertação de Mestrado submetida para obtenção do Grau de Mestre. Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto.
- Souza, R. M. (2000). Depois que papai e mamãe se separaram: Um relato dos filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16 (3), 203-211.
- Sprinthall, N. A., & Collins, A. (2003). *Psicologia do adolescente: Uma abordagem desenvolvimentista* (3ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Steinberg, L., & Silk, J. (2002). Parenting adolescents. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Children and parenting* (pp. 103-133). Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Storksen, I., Roysamb, E., Holmen, T., Turid, L., & Tambs, K. (2006). Adolescent adjustment and well-being: Effects to parental divorce and distress. *Scandinavian Journal of Psychology*, 46, 75-84.
- Veloso, S. (2005). *Determinantes da actividade física dos adolescentes: estudo de uma população escolar do concelho de Oeiras*. Dissertação de Mestrado submetida para obtenção do Grau de Mestre. Universidade do Minho.
- Wagner, A., Ribeiro, L. S., Arteché, A. X., & Bornholdt, E. A. (1999). Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12 (1), 1-11.

Anexos

Anexo 1



Pedido de Autorização

Dirigido ao Ministério da Educação

**Direcção-Geral da Inovação e
Desenvolvimento Curricular**

Vimos deste modo, e muito respeitosamente, solicitar à Direcção-Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular, autorização para a realização de um estudo de investigação.

No âmbito do plano de estudos do 2º Ciclo de Estudos em Psicologia Clínica e da Saúde na Universidade de Évora, a aluna Licenciada Soraia Inês da Conceição Luz propôs-se a conduzir uma investigação com vista à obtenção do grau de Mestre intitulada de *“O divórcio e o ajustamento sócio-afectivo no início da adolescência”*, sob a orientação da Professora Doutora Sofia Tavares.

Este estudo tem como principal objectivo: analisar eventuais diferenças no ajustamento psico-sócio-emocional de adolescentes filhos de pais divorciados comparativamente com adolescentes provenientes de famílias intactas.

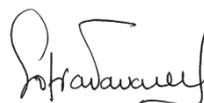
Solicitaremos também autorização ao Senhor(a) Director(a) do Agrupamento nº3 da Escola Básica 2,3 de Santa Clara de Évora para aplicar os questionários às turmas dos 7º e 8º anos, e aos encarregados de educação.

O Protocolo de Investigação a aplicar compreende um Questionário sócio-demográfico, o Questionário de Capacidade e de Dificuldades (SDQ, Strengths and Difficulties Questionnaire; Goodman, 1997; traduzido para a população portuguesa por Fonseca, Loureiro & Gaspar; Gaspar & Paiva, 2003) e o Inventário Breve de Sintomas (BSI, Brief Symptom Inventory; Derogatis & Spencer, 1982; adaptado e aferido para a população portuguesa por Canavarro, 1995).

Ao longo de todo o processo de recolha, tratamento e divulgação dos dados, garantimos o respeito pelas questões éticas e deontológicas, nomeadamente o respeito pelo consentimento informado através da autorização dos encarregados de

educação, e o respeito pelos direitos dos participantes à privacidade e confidencialidade.

De acordo com o exposto anteriormente, solicitamos que, com a máxima brevidade possível, nos seja concedida a autorização para a condução deste estudo.



A Orientadora Professora Doutora Sofia Tavares



A aluna Licenciada Soraia Inês da Conceição Luz



Pedido de Autorização

**Exma. Senhora Directora do
Agrupamento nº3 da Escola
Básica de Santa Clara de Évora**

Vimos deste modo, e muito respeitosamente, solicitar a Vossa Excelência autorização para a realização de um estudo na Escola Básica 2,3 de Santa Clara de Évora, nas turmas dos 7º, 8º anos.

No âmbito do plano de estudos do 2º Ciclo de Estudos em Psicologia Clínica e da Saúde na Universidade de Évora, a aluna Licenciada Soraia Inês da Conceição Luz propôs-se a conduzir uma investigação com vista à obtenção do grau de Mestre intitulada de *“O divórcio e o ajustamento sócio-afectivo no início da adolescência”*, sob a orientação da Professora Doutora Sofia Tavares.

Este estudo tem como principal objectivo: analisar eventuais diferenças no ajustamento psico-sócio-emocional de adolescentes filhos de pais divorciados comparativamente com adolescentes provenientes de famílias intactas.

A amostra da investigação será constituída por 101 adolescentes do sexo feminino e masculino com idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos.

O Protocolo de Investigação a aplicar compreende um questionário sócio-demográfico, o Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ, Strengths and Difficulties Questionnaire; Goodman, 1997; traduzido para a população portuguesa por Fonseca, Loureiro & Gaspar; Gaspar & Paiva, 2003) e o Inventário Breve de Sintomas (BSI, Brief Symptom Inventory; Derogatis & Spencer, 1982; adaptado e aferido para a população portuguesa por Canavarro, 1995).

O questionário sócio-demográfico pretende fazer uma caracterização dos sujeitos da amostra pelo levantamento de informações pessoais, tais como: idade, naturalidade, escolaridade, composição do agregado familiar, bem como da relação conjugal dos pais, se estes estão ou não divorciados, há quantos anos e outros elementos relativos à qualidade da relação. O Questionário de Capacidades e de Dificuldades (Goodman, 1997) permite avaliar os comportamentos sociais adequados (capacidades) e não adequados (dificuldades) em crianças e adolescentes entre os 3

e os 16 anos. Neste estudo pretendemos aplicar a versão de auto-relato para os jovens entre os 11 e os 16 anos. O Inventário Breve de Sintomas (BSI, Derogatis & Spencer, 1982) permite avaliar nove dimensões psicopatológicas: somatização, obsessão-compulsão, sensibilidade interpessoal, depressão, ansiedade geral, hostilidade, ansiedade fóbica, ideação paranóide e psicoticismo.

Para a concretização da investigação solicitamos a colaboração dos directores de turma na divulgação e entrega dos pedidos de autorização aos encarregados de educação, bem como a sua permissão para a aplicação dos questionários na parte final das suas aulas.

Ao longo de todo o processo de recolha, tratamento e divulgação dos dados, garantimos o respeito pelas questões éticas e deontológicas, nomeadamente o respeito pelo consentimento informado através da autorização dos encarregados de educação, e o respeito pelos direitos dos participantes à privacidade e confidencialidade.

De acordo com o exposto anteriormente, solicitamos que, com a máxima brevidade possível, Vossa Excelência nos conceda a autorização para a condução deste estudo.

Soraia Inês DA CONCEIÇÃO LUZ

A aluna Licenciada Soraia Inês da Conceição Luz



A Orientadora Professora Doutora Sofia Tavares

Contactos da aluna licenciada Soraia Luz: Gardynia@sapo.pt; 967 287 730



Pedido de Autorização

Exmo(a). Sr(a). Encarregado(a) de Educação,

No âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Universidade de Évora, a aluna Licenciada Soraia Luz encontra-se a realizar uma investigação que tem por título “*O divórcio e o ajustamento sócio-afetivo no início da adolescência*”, sob a orientação da Professora Doutora Sofia Tavares.

Na sequência deste estudo, vimos, muito respeitosamente, solicitar a V^a. Ex^a. autorização para que o seu educando possa participar nesta investigação, através do preenchimento de três questionários. Os dados assim recolhidos serão posteriormente tratados de forma absolutamente confidencial, garantindo o seu anonimato.

Na expectativa de podermos contar com a vossa colaboração, apresentamos os nossos respeitosos cumprimentos.

Soraia Inês da Conceição Luz

A aluna Licenciada Soraia Inês da Conceição Luz

A orientadora Professora Doutora Sofia Tavares

Eu, _____, Encarregado(a) de Educação do(a) aluno(a) _____, do ano ____, da turma _____, declaro que o(a) **Autorizo** / **Não Autorizo** a participar na investigação acima referida.

(Assinatura do(a) Encarregado(a) de Educação)

Anexo 2

Autorização do Ministério da Educação

From: <mime-noreply@gepe.min-edu.pt>

Date: 2011/1/20

Subject: Monotorização de Inquéritos em Meio Escolar: Inquérito nº 0174500004

To: tavares.sofia@uevora.pt, gardynia@sapo.pt

Exmo(a)s. Sr(a)s.

O pedido de autorização do inquérito n.º 0174500004, com a designação “*O Divórcio e o Ajustamento Sócio-Afectivo no Início da Adolescência*”, registado em 14-01-2011, foi aprovado.

Avaliação do inquérito:

Exmo(a). Senhor(a) Dr(a) Soraia Inês da Conceição Luz

Venho por este meio informar que o pedido de realização de questionário em meio escolar é autorizado uma vez que, submetido a análise, cumpre os requisitos de qualidade técnica e metodológica para tal devendo, no entanto, ter em atenção as observações aduzidas.

Com os melhores cumprimentos

Isabel Oliveira

Directora de Serviços de Inovação Educativa

DGIDC

Observações:

1 - O questionário deve conter uma breve introdução para informar os respondentes sobre os objectivos e propósitos da sua administração.

2 - A autorização dos pais / encarregados de educação dos alunos deve ser expressa e não apenas tácita.

Pode consultar na Internet toda a informação referente a este pedido no endereço <http://mime.gepe.min-edu.pt>. Para tal terá de se autenticar fornecendo os dados de acesso da entidade.

Anexo 3

Protocolo de Investigação

Este estudo pretende contribuir para o aumento do conhecimento sobre a relação entre o divórcio dos pais e o ajustamento sócio-afectivo no início da adolescência.

O protocolo de investigação é composto por três questionários: o questionário sócio-demográfico, o Questionário de Capacidades e de Dificuldades (SDQ, Strengths and Difficulties Questionnaire; Goodman, 1997; traduzido para a população portuguesa por Fonseca, Loureiro & Gaspar; Gaspar & Paiva, 2003) e o Inventário Breve de Sintomas (BSI, Brief Symptom Inventory; Derogatis & Spencer, 1982; adaptado e aferido para a população portuguesa por Canavarro, 1995).

O tempo previsto para aplicação do conjunto de questionários é de 25 minutos.

É muito importante que respondas o mais honestamente possível, sendo que garantimos o anonimato e a confidencialidade de todos os dados assim obtidos, os quais só serão usados no âmbito desta investigação.

Preenche um questionário de cada vez, verificando se respondeste a todas as perguntas.

Agradecemos a tua disponibilidade para participares nesta investigação.

Questionário Sócio-Demográfico

É importante que leias atentamente e respondas a todas as questões do questionário.

Pede-se que sejas o mais honesto possível, garantido desde já que os dados serão confidenciais e só serão usados para fins de investigação.

1. Idade: ____ anos

2. Sexo : F M

3. Local de Residência _____

4. Nacionalidade: Portuguesa Outra _____

5. Nº de Irmãos ____ Idade(s) _____

6. Grau de Escolaridade: 7º ano 8º ano 9º ano

7. Já reprovaste nalgum ano escolar? Sim Não

7.1 Se a tua resposta anterior foi sim, qual(ais) o(s) ano(s) escolar(es) em que reprovaste? _____.

7.2. Quais as razões? _____

8. Já tiveste acompanhamento psicológico?

Nunca Tive no passado Tenho actualmente

8.1. Se a tua resposta anterior foi sim, qual o motivo? _____.

8.2. Se a tua resposta anterior foi não, usufruís de algum tipo de apoio? Sim Não

8.3. Se a resposta anterior foi sim, qual o tipo de apoio? _____.

9. Estado Civil:

Da Mãe: Solteira Casada/União de Facto Divorciada/Separada
Viúva

Do Pai: Solteiro Casado/ União de Facto Divorciado/ Separado
Viúvo

9.1. Se os teus pais estão casados um com o outro ou têm vida em comum, há quanto tempo dura o casamento ou a vida em comum?

Há menos de 4 anos Entre 5 a 9 anos Entre 10-14 anos Entre 15-19
Igual ou mais de 20 anos

9.2. Se os teus pais estão divorciados, quantos anos estiveram casados ou juntos?

Menos de 4 anos Entre 5 a 9 anos Entre 10-14 anos Entre 15-19
Igual ou mais de 20 anos

9.2.1. Há quanto tempo ocorreu o divórcio/separação?

Há menos de dois anos Há mais de dois anos

9.2.2. Como era a relação entre o teu pai e a tua mãe antes do divórcio/separação?

Boa Razoável Má Conflituosa

10. Como consideras actualmente a relação entre o teu pai e a tua mãe?

Boa Razoável Má Conflituosa Sem qualquer tipo de relação

11. Com quem vives a maior parte do tempo?

Com a minha mãe e o meu pai

Com a minha mãe e o meu padrasto

Com o meu pai e a minha madrasta

Só com a minha mãe

Só com o meu pai

Com outra pessoa ou familiar Com quem? _____

12. Quantas vezes tens contacto com o teu Pai?

Com a tua Mãe?

Todos os dias

Uma ou duas vezes por semana

Uma ou duas vezes por mês

Uma ou duas vezes por ano

Nunca

Outras _____ Outras _____

Muito Obrigada pela tua participação!

Data Aplicação: ___/___/___

(dia) (mês) (ano)

BSI

L.R. Derogatis, 1993; Versão: M.C. Canavarro, 1995

A seguir encontra-se uma lista de problemas ou sintomas que por vezes as pessoas apresentam. Assinale, num dos espaços à direita de cada sintoma, aquele que melhor descreve o GRAU EM QUE CADA PROBLEMA O INCOMODOU DURANTE A ÚLTIMA SEMANA. Para cada problema ou sintoma marque apenas um espaço com uma cruz. Não deixe nenhuma pergunta por responder.

Em que medida foi incomodado pelos seguintes sintomas:	Nunca	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Muitíssimas vezes
1. Nervosismo ou tensão interior	<input type="checkbox"/>				
2. Desmaios ou tonturas	<input type="checkbox"/>				
3. Ter a impressão que as outras pessoas podem controlar os seus pensamentos	<input type="checkbox"/>				
4. Ter a ideia que os outros são culpados pela maioria dos seus problemas	<input type="checkbox"/>				
5. Dificuldade em se lembrar de coisas passadas ou recentes	<input type="checkbox"/>				
6. Aborrecer-se ou irritar-se facilmente	<input type="checkbox"/>				
7. Dores sobre o coração ou no peito	<input type="checkbox"/>				
8. Medo na rua ou praças públicas	<input type="checkbox"/>				
9. Pensamentos de acabar com a vida	<input type="checkbox"/>				
10. Sentir que não pode confiar na maioria das pessoas	<input type="checkbox"/>				
11. Perder o apetite	<input type="checkbox"/>				
12. Ter um medo súbito sem razão para isso	<input type="checkbox"/>				
13. Ter impulsos que não se podem controlar	<input type="checkbox"/>				
14. Sentir-se sozinho mesmo quando está com mais pessoas	<input type="checkbox"/>				
15. Dificuldade em fazer qualquer trabalho	<input type="checkbox"/>				
16. Sentir-se sozinho	<input type="checkbox"/>				
17. Sentir-se triste	<input type="checkbox"/>				
18. Não ter interesse por nada	<input type="checkbox"/>				
19. Sentir-se atemorizado	<input type="checkbox"/>				
20. Sentir-se facilmente ofendido nos seus sentimentos	<input type="checkbox"/>				
21. Sentir que as outras pessoas não são amigas ou não gostam de si	<input type="checkbox"/>				
22. Sentir-se inferior aos outros	<input type="checkbox"/>				
23. Vontade de vomitar ou mal-estar do estômago	<input type="checkbox"/>				
24. Impressão de que os outros o costumam observar ou falar de si	<input type="checkbox"/>				
25. Dificuldade em adormecer	<input type="checkbox"/>				
26. Sentir necessidade de verificar várias vezes o que faz	<input type="checkbox"/>				

Em que medida foi incomodado pelos seguintes sintomas:	Nunca	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Muitíssimas vezes
27. Dificuldade em tomar decisões	<input type="checkbox"/>				
28. Medo de viajar de autocarro, de comboio ou de metro	<input type="checkbox"/>				
29. Sensação de que lhe falta o ar	<input type="checkbox"/>				
30. Calafrios ou afrontamentos	<input type="checkbox"/>				
31. Ter de evitar certas coisas, lugares ou actividades por lhe causarem medo	<input type="checkbox"/>				
32. Sensação de vazio na cabeça	<input type="checkbox"/>				
33. Sensação de anestesia (encortiçamento ou formigueiro) no corpo	<input type="checkbox"/>				
34. Ter a ideia que deveria ser castigado pelos seus pecados	<input type="checkbox"/>				
35. Sentir-se sem esperança perante o futuro	<input type="checkbox"/>				
36. Ter dificuldade em se concentrar	<input type="checkbox"/>				
37. Falta de forças em partes do corpo	<input type="checkbox"/>				
38. Sentir-se em estado de tensão ou aflição	<input type="checkbox"/>				
39. Pensamentos sobre a morte ou que vai morrer	<input type="checkbox"/>				
40. Ter impulsos de bater, ofender ou ferir alguém	<input type="checkbox"/>				
41. Ter vontade de destruir ou partir coisas	<input type="checkbox"/>				
42. Sentir-se embaraçado junto de outras pessoas	<input type="checkbox"/>				
43. Sentir-se mal no meio das multidões como lojas, cinemas ou assembleias	<input type="checkbox"/>				
44. Grande dificuldade em sentir-se "próximo" de outra pessoa	<input type="checkbox"/>				
45. Ter ataques de terror ou pânico	<input type="checkbox"/>				
46. Entrar facilmente em discussão	<input type="checkbox"/>				
47. Sentir-se nervoso quando tem que ficar sozinho	<input type="checkbox"/>				
48. Sentir que as outras pessoas não dão o devido valor ao seu trabalho ou às suas capacidades	<input type="checkbox"/>				
49. Sentir-se tão desassossegado que não consegue manter-se sentado quieto	<input type="checkbox"/>				
50. Sentir que não tem valor	<input type="checkbox"/>				
51. A impressão de que, se deixasse, as outras pessoas se aproveitariam de si	<input type="checkbox"/>				
52. Ter sentimentos de culpa	<input type="checkbox"/>				
53. Ter a impressão de que alguma coisa não regula bem na sua cabeça	<input type="checkbox"/>				

Questionário de Capacidades e de Dificuldades (SDQ-Por)

Instruções: Encontra a seguir 25 frases. Para cada uma delas marca, com uma cruz, um dos seguintes quadrados: Não é verdade; É um pouco verdade; É muito verdade. Ajuda-nos muito se responderes a todas as afirmações o melhor que puderes, mesmo que não tenhas a certeza absoluta ou que a afirmação te pareça estranha. Por favor, responde baseando-te na forma como as coisas te têm corrido nos últimos seis meses.

	Não é verdade	É um pouco verdade	É muito verdade
Tento ser simpático/a com as outras pessoas. Preocupo-me com o que sentem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sou irrequieto/a, não consigo ficar quieto/a muito tempo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tenho muitas dores de cabeça, de barriga ou vômitos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gosto de partilhar com os outros (comida, jogos, esferográficas, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Irrito-me e perco a cabeça muitas vezes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estou quase sempre sozinho/a, jogo sozinho/a. Sou reservado/a	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Normalmente faço o que me mandam	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Preocupo-me muito	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gosto de ajudar se alguém está magoado, aborrecido ou doente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não sossego, estou sempre a mexer as pernas ou as mãos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tenho pelo menos um bom amigo/uma boa amiga	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ando sempre á pancada. Consigo obrigar os outros a fazer o que eu quero	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ando muitas vezes triste, desanimado/a ou a chorar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os meus colegas geralmente gostam de mim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estou sempre distraído/a. Tenho dificuldades em me concentrar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fico nervoso/a em situações novas. Facilmente fico inseguro/a	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sou simpático/a para os mais pequenos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sou muitas vezes acusado/a de mentir ou enganar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As outras crianças ou jovens metem-se comigo, ameaçam-me ou intimidam-me	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gosto de ajudar os outros (pais, professores ou outros jovens)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Penso nas coisas antes de as fazer	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tiro coisas que não são minhas, em casa, na escola ou noutros sítios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dou-me melhor com adultos do que com os da minha idade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tenho muitos medos, assusto-me facilmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Geralmente acabo o que começo. Tenho uma boa atenção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Muito obrigado pela tua ajuda

© Robert Goodman, 2005

Anexo 4

Alpha de Cronbach's de cada subescala do SDQ

Sintomas emocionais

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,657	5

Problemas de comportamento

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,476	5

Comportamento pró-social

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,669	5

Hiperactividade

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,577	5

Problemas de relacionamento com colegas

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,350	5

Total de dificuldades

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,704	25

Anexo 5

T-Test: Relação entre os filhos de pais divorciados com os filhos de pais casados e o ajustamento psico-sócio-emocional

Independent Samples Test

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
									Lower	Upper
Sintomas Emocionais	Equal variances assumed	2,653	,107	-,581	97	,563	-,262	,452	-1,159	,634
	Equal variances not assumed			-,532	45,900	,597	-,262	,493	-1,255	,730
Problemas de Comportamento	Equal variances assumed	,379	,539	-,079	97	,937	-,030	,384	-,792	,731
	Equal variances not assumed			-,083	60,626	,935	-,030	,369	-,768	,707
Hiperactividade	Equal variances assumed	1,201	,276	-,961	97	,339	-,429	,447	-1,315	,457

	Equal variances not assumed			-,898	47,712	,374	-,429	,478	-1,390	,532
Problemas de relacionamento com colegas	Equal variances assumed	,866	,354	,104	97	,917	,032	,306	-,576	,640
	Equal variances not assumed			,099	49,501	,922	,032	,322	-,615	,679
Comportamento pró-social	Equal variances assumed	,494	,484	-,699	97	,486	-,275	,394	-1,057	,506
	Equal variances not assumed			-,690	53,533	,493	-,275	,399	1,076	,525
Total de dificuldades	Equal variances assumed	1,989	,162	-,649	97	,518	-,690	1,063	-2,799	1,420
	Equal variances not assumed			-,606	47,682	,547	-,690	1,138	-2,978	1,598

Anexo 6

Diferença de médias entre os filhos de pais divorciados e os filhos pais casados e o ajustamento psico-sócio-emocional

Group Statistics

Estado Civil dos pais		N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
Sintomas Emocionais	Casado (a) / União de facto	69	3,30	1,912	,230
	Divorciado(a) / Separado(a)	30	3,57	2,388	,436
Problemas de Comportamento	Casado (a) / União de facto	69	2,54	1,803	,217
	Divorciado(a) / Separado(a)	30	2,57	1,633	,298
Hiperactividade	Casado(a) / União de facto	69	4,30	1,927	,232
	Divorciado(a) / Separado(a)	30	4,73	2,288	,418
Problemas de relacionamento com colegas	Casado(a) / União de facto	69	1,57	1,345	,162
	Divorciado(a) / Separado(a)	30	1,53	1,525	,278
Comportamento pró-social	Casado(a) / União de facto	69	8,06	1,781	,214
	Divorciado(a) / Separado(a)	30	8,33	1,845	,337
Total de dificuldades	Casado(a) / União de facto	69	11,71	4,586	,552
	Divorciado(a) / Separado(a)	30	12,40	5,449	,995

Anexo 7

T-Test: Relação entre os filhos de pais divorciados com os filhos de pais casados e os sintomas psicopatológicos

Independent Samples Test

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
									Lower	Upper
Somatização	Equal variances assumed	,895	,347	-,992	97	,324	-,864	,871	-2,592	,865
	Equal variances not assumed			-,943	49,491	,350	-,864	,916	-2,703	,976
Obsessões-compulsões	Equal variances assumed	5,582	,020	-,981	97	,329	-,739	,753	-2,234	,756
	Equal variances not assumed			-,892	45,171	,377	-,739	,829	-2,409	,930
Sensibilidade interpessoal	Equal variances assumed	5,667	,019	-1,515	97	,133	-1,110	,733	-2,564	,344
	Equal variances not assumed			-1,351	43,558	,184	-1,110	,822	-2,767	,547
Depressão	Equal variances assumed	3,783	,055	-1,479	97	,142	-1,390	,940	-3,255	,476

	Equal variances not assumed			-1,343	45,138	,186	-1,390	1,035	-3,473	,694
Ansiedade	Equal variances assumed	2,938	,090	-1,341	97	,183	-1,032	,769	-2,559	,495
	Equal variances not assumed			-1,289	50,561	,203	-1,032	,801	-2,640	,576
Hostilidade	Equal variances assumed	,191	,663	-,351	97	,726	-,325	,925	-2,160	1,510
	Equal variances not assumed			-,360	58,568	,720	-,325	,902	-2,129	1,480
Ansiedade Fóbica	Equal variances assumed	11,543	,001	-2,216	97	,029	-1,420	,641	-2,692	-,148
	Equal variances not assumed			-1,856	39,138	,071	-1,420	,765	-2,968	,128
Ideação Paranoíde	Equal variances assumed	6,433	,013	-1,603	97	,112	-1,272	,794	-2,848	,303
	Equal variances not assumed			-1,384	41,204	,174	-1,272	,919	-3,129	,584
Psicoticismo	Equal variances assumed	8,507	,004	-1,848	97	,068	-1,367	,740	-2,835	,101
	Equal variances not assumed			-1,641	43,272	,108	-1,367	,833	-3,046	,313
Índice Geral de Sintomas	Equal variances assumed	2,653	,107	-,581	97	,563	-,262	,452	-1,159	,634
	Equal variances not assumed			-,532	45,900	,597	-,262	,493	-1,255	,730

Anexo 8

Diferença de médias entre os filhos de pais divorciados e os pais casados e os sintomas psicopatológicos

Group Statistics

Estado Civil dos pais		N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
Somatização	Casado(a) / União de facto	69	3,54	3,822	,460
	Divorciado(a) / Separado(a)	30	4,40	4,336	,792
Obsessões-compulsões	Casado(a) / União de facto	69	5,26	3,161	,380
	Divorciado(a) / Separado(a)	30	6,00	4,034	,737
Sensibilidade interpessoal	Casado(a) / União de facto	69	2,96	3,007	,362
	Divorciado(a) / Separado(a)	30	4,07	4,042	,738
Depressão	Casado(a) / União de facto	69	4,38	3,941	,474
	Divorciado(a) / Separado(a)	30	5,77	5,036	,919
Ansiedade	Casado(a) / União de facto	69	3,43	3,406	,410
	Divorciado(a) / Separado(a)	30	4,47	3,767	,688
Hostilidade	Casado(a) / União de facto	69	4,94	4,304	,518
	Divorciado(a) / Separado(a)	30	5,27	4,042	,738
Ansiedade Fóbica	Casado(a) / União de facto	69	1,58	2,416	,291
	Divorciado(a) / Separado(a)	30	3,00	3,877	,708
Ideação Paranóide	Casado(a) / União de facto	69	4,26	3,133	,377
	Divorciado(a) / Separado(a)	30	5,53	4,592	,838
Psicoticismo	Casado(a) / União de facto	69	3,33	3,023	,364
	Divorciado(a) / Separado(a)	30	4,70	4,103	,749
Índice Geral de Sintomas	Casado(a) / União de facto	69	3,30	1,912	,230
	Divorciado(a) / Separado(a)	30	3,57	2,388	,436

